



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 115

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 115

118ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri..... 14

Dep. Luiz Claudio Romanelli 15

Dep. Elton Welter 17

Dep. Ademar Traiano..... 18

Dep. Antonio Belinati 19

Dep. Nereu Moura 21

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano..... 18

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 16

Dep. Nereu Moura 21

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 23

Liderança do Governo

Dep. Caíto Quintana 24

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

Redação Final 27

2ª Discussão 28

1ª Discussão 28

Requerimentos 30

Encerramento da Sessão: 31

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extratos 31

Errata:

Comissão Executiva

Ato nº 2585/10 32

DIÁRIO Nº 115

118ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2010

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quintero (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Cida Borghetti, Fábio Camargo e Luiz Eduardo Cheida (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OFÍCIO 1995/2010-GP

Curitiba, em 18/11/10.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que cria a 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consignamos a V. Exa. nossas expressões de consideração e apreço.

(a) CELSO ROTOLI DE MACEDO - Presidente

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00

(Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 18/11/10.

(a) CELSO ROTOLI DE MACEDO - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Ementa:

Altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 e cria a 2ª Vara Criminal no Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada a 2ª Vara Criminal no Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

Art. 2º Em decorrência do artigo 1º desta lei, fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 3º O inciso IV do artigo 255 da lei referida no artigo 1º, passa a vigorar acrescido da alínea “c” com a seguinte redação:

“Art. 255. (...)

(...)

IV - no Foro Regional de Colombo

(...)

c) a 2ª Vara Criminal

(...)”

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V, IX Tabela 1, da lei referida no artigo 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Judiciário do Estado do Paraná	
Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277 de 30/12/03	
Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca - Anexo IV	
	(...)
	Colombo - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
	Foro Judicial
	(...)
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	(...)

Poder Judiciário do Estado do Paraná								
Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277 de 30/12/03								
Magistratura Estadual - Anexo V								
Comarcas/ Foro	Entrância	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba								
Foro Regional de Colombo	Final			5	1			6

Poder Judiciário do Estado do Paraná							
Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277 de 30/12/03							
Criação e Extinção de Cargos - Anexo IX							
Cargos da Magistratura Estadual - Tabela 1							
Comarcas	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
(...)							
Entrância Final							
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba							
(...)							
Foro Regional de Colombo			1				1
(...)							

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por finalidade criar a 2ª Vara Criminal no Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, entrância final, conforme consta do protocolado de nº 298.284/09, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele foro.

A proposta altera o artigo 155, inciso IV, da Lei Estadual nº 14277/03, combinado com o artigo 2º da Lei nº 16023/08.

O Foro Judicial do referido Foro Regional de Colombo abrangerá duas Vara Cíveis, duas Varas Criminais, uma Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e atenderá uma população de aproximadamente 247 mil 268 habitantes e um total de 38 mil 216 processos em andamento.

A criação da 2ª Vara Criminal no Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, entrância final, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em manifestação datada de 20/09/10 e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 12/11/10.

Outrossim, os anexos alterados pela proposta do anteprojeto de lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma. Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Crime, é objeto da Lei Estadual nº 16023/08, e a despesa decorrente será às expensas do Fundo da Justiça, criado pela Lei Estadual nº 15942,

de 03/09/08, no valor anual aproximado de R\$ 437.796 somado à despesa da criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância final no valor anual aproximado de R\$ 296.646.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária para o exercício de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 - 2011 (Lei Estadual nº 15757/07.)

Sob o nº 1981/10-GP do Sr. Celso Rotoli de Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando Projetos de Lei nºs 425/10 e 473/10, que alteram a Lei Estadual nº 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL052514 a AL052521/10; AL052523 a AL052526/10; AL052528 e AL052529/10; AL052531 e AL052532/10; AL052535 a AL052551/10; AL052553 a AL052565/10; AL052567 a AL052585/10; AL052587 a AL052589/10; AL052609 a AL052618/10; AL052620 a AL052622/10; AL052625 a AL052629/10; AL052631 a AL052635/10; AL052637 a AL052640/10; AL052642 a AL052644/10; AL052646 a AL052652/10; AL052654/10; AL052659 a AL052662/10; AL052664 e AL052665/10; AL052668 e AL052671/10; AL052673/10; AL052675/10; AL052677 a AL052680/10; AL052683 a AL052696/10; AL052699/10; AL052720 a AL052722/10; AL052724 a AL052729/10; AL052731 a AL052733/10; AL052735 a AL052737/10; AL052739 a AL052742/10; AL052744 a AL052750/10; AL052752 a AL052757/10; AL052759/10;

AL052761/10; AL052763/10; AL052766 a AL052774/10; AL052776 a AL052785/10; AL052787 a AL052790; AL052792 a AL052797/10; AL052817 a AL052823/10; AL052825/10; AL052829 e AL052830/10; AL052833 a AL052835/10; AL052837 a AL052843/10; AL052846 e AL052847/10; AL05849 a AL052853/10; AL052876/10; AL052903 a AL052908/10; AL052911 e AL052912; AL052914 a AL052917/10; AL052919 a AL052921/10; AL052923/10; AL052926/10; AL052928/10; AL052931 a AL052935/10; AL052941/10; AL052943 a AL052950/10; AL052952 a AL052987/10; AL052992/10; AL052995 a AL052997/10; AL052999/10; AL053002/10; AL053004 e AL053005/10; e AL053010/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros com o objetivo de implantação do Programa PDDE. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 194/10

SÚMULA:

Propõe às companhias de telefonia: Tim, Vivo, Claro e Oi, o atendimento especial à necessidade de instalação de uma torre de telefone móvel no Distrito do Malu, Município de Terra Boa.

Srs. Diretores-Presidentes das empresas, Tim, Claro, Vivo, Oi:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne estas conceituadas empresas em destinar atenção especial à necessidade apresentada pelo Município de Terra Boa-PR, em especial a instalação de uma torre de telefonia móvel no Distrito do Malu.

II - Por proposição do nobre Vereador Wilson Wanderlei Esposto, que por ofício, nos pede empenho na sensibilização destas empresas. Informou que esta solicitação atenderá antiga reivindicação da população que atualmente está desprovida de qualquer torre de transmissão de sinal de celular.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa dos interesses da nossa gente, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, anexação de projetos de lei mediante solicitação do Exmo. Sr. Celso Rotoli de Macedo por meio do Ofício nº 1966/10/GP no qual solicita a anexação dos Projetos de Lei nºs 425/10 e 473/10.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4050

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 22 de novembro, devido a compromissos na condição de Presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 4055

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado no uso de suas atribuições regimentais REQUER a essa douta Mesa Executiva, que conste como justificativa da ausência da Sessão em plenário nos dias 03 e 04 de novembro do corrente ano. O Deputado Estadual signatário não compareceu a Sessão por motivo de saúde.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 4056

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado no uso de suas atribuições regimentais REQUER a essa douta Mesa Executiva, que conste como justificativa da ausência da Sessão em plenário nos dias 10 e 11 de novembro do corrente ano. O Deputado Estadual signatário não compareceu a Sessão por motivo de saúde.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 4057

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado no uso de suas atribuições regimentais REQUER a essa douta Mesa Executiva, que conste como justificativa da ausência nas Sessões em plenário dos dias 25, 26 e 27 de outubro do corrente ano. O Deputado Estadual signatário não compareceu a Sessão por motivo de saúde.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 4003

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Casa Legislativa, REQUER ao Poder Executivo Estadual, a construção de uma passarela para travessia de pedestres, sobre a rodovia BR-277, à altura do Km 112,5, localizada no bairro Rondinha, na Cidade de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

É fato notório que no presente local há tráfego intenso de veículos e de pedestres, especialmente de estudantes, tornando-se de alto índice de perigo a travessia pelo próprio leito da BR, onde já existem inúmeros registros de ocorrência de atropelamentos, inclusive com a morte de várias pessoas. A construção de uma passarela solucionará em definitivo o problema, trazendo segurança e conforto para a população daquele Município.

Assim sendo, contamos com a compreensão e aprovação dos nobres Parlamentares, e seu encaminhamento ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes e DER, com cópia ao consórcio encarregado da manutenção e segurança dessa importante via de acesso da Capital com o interior do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 4006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja destinado o tempo do Grande Expediente do dia 07/12/10, para o Diretor da Unidade Estadual do IBGE, Dr. Sinval Santos, fazer uso da tribuna desta Casa de Leis e explanar sobre os resultados do Censo Nacional de 2010, especialmente quanto aos dados estatísticos apurados no Paraná, os quais serão proclamados no dia 29/11/10, e que são de elevado interesse para a sociedade e autoridades públicas.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 4042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja contratada consultoria técnica especializada e de notório conhecimento na área previdenciária para prestar assessoria a este Poder Legislativo na apreciação da proposta do Poder Executivo para reestruturação do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná, gerido pela ParanaPrevidência, objeto do Projeto de Lei nº 483/10, Mensagem nº 107/10, lida no expediente do dia 16 último.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Plauto Miró, Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Marcelo Rangel, Antonio Belinati, Valdir Rossoni e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 4052

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUEREM ao Presidente da Casa que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, inicie um movimento de mobilização dos mais variados segmentos de representação política, social e econômica do Estado, com o objetivo de preservar e manter no seio de nosso Estado a gestão dos portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

O presente requerimento é motivado por informações extra-oficiais de que o Governador Orlando Pessuti tem audiência agendada em Brasília nesta semana para tratar da federalização da APPA, pondo fim a concessão, outorgada pela União ao Estado deste 1949, para a administração e exploração dos portos paranaenses.

A federalização dos portos somente se justificaria como uma atitude extrema em face de uma deficiente administração portuária, colocando em risco todo o sistema operacional do porto com graves prejuízos para o Estado e para aqueles que dependem dos portos. Mesmo diante de um quadro como este, se imporia inicialmente uma intervenção, jamais atitude tão radical e entreguista como a devolução da administração de nossos portos à União.

Entre os entes representativos dos interesses estaduais podem ser citados: Movimento Pró-Paraná, O Paraná que Queremos, FIEP, FAEP, FACIAP, Cooperativas Agroindustriais, Cooperativas de Transporte, Senadores e Deputados Federais, além dos Parlamentares Municipais e Estaduais.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(aa) DR. BATISTA, NELSON GARCIA, ALEXANDRE CURI, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, DUÍLIO GENARI, LUIZ ACCORSI, AUGUSTINHO ZUCCHI, FERNANDO SCANAVACA, ADEMIR BIER, DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, NEY LEPREVOST, RENI PEREIRA, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, LUIZ FERNANDES LITRO, WILSON QUINTEIRO, PASTOR EDSON PRACZYK, JONAS GUIMARÃES, ROSANE FERREIRA, CHICO NOROESTE, JOCELITO CANTO, DOBRANDINO DA SILVA E TERUO KATO.

REQUERIMENTO Nº 4008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento de Fernando Alves de Andrade, ocorrido no dia 20/11/10, no Município de Salto do Lontra/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua mãe, a Sra. Rosane de Fátima Alves de Andrade, e de seu pai, o Sr. Antonio Martins Alves de Andrade.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A morte é um fato inaceitável em qualquer circunstância, ainda mais ocorrida de forma inesperada e envolver uma pessoa jovem, com 21 anos, como o acidente que vitimou o jovem Fernando Alves de Andrade.

Na sua passagem por este mundo ele soube cativar muitas amizades e simpatia, amigos que hoje ficam com a lembrança dos muitos momentos de companheirismo. Vivia a plenitude de sua juventude, sempre de bem com a vida, pode-se dizer que o sinônimo de Fernando era a alegria.

Salto de Lontra perde um filho importante, que jamais será substituído, abrindo-se uma lacuna na vida social do Município.

Na vida acontecem fatos que são impossíveis de serem entendidos ou compreendidos. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis. O precoce falecimento do jovem e as circunstâncias como ele ocorreu deixaram consternada toda a comunidade.

Neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para família, amigos e conhecidos, que o Pai Criador, dentro do seu infinito amor, ao mesmo tempo em que acolhe Fernando em sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com a partida de um grande filho, de um grande amigo.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO Nº 4010

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Rosalina da Silva Ramos.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Nivaldo Miguel Gomes.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Lúcia Kossuto.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4014

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Helena Lipinski Batista.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Maurício Saievicz dos Santos.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4016

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Ribeiro dos Santos.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria Silvia Correia da Luz.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Maria dos Santos.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria José dos Santos.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Arlindo da Silva Lima.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Padre Vitoldo Dzimitrowicz.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Ercilia Rodrigues Barbosa.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Marcos Cesar Cordeiro.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Luiza de Antoni Penteado.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Almir Pereira de Oliveira.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria da Conceição de Assunção.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Nei José Gomes.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Otilia Pereira Gallo.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Paula Tille.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Solange de Fátima Alves.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4007

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações, pelo 47º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de São Jorge d'Oeste, comemorado no dia 23/11/10.

Requer ainda, que seja dada ciência a Exma. Sra. Leila da Rocha, DD. Prefeita Municipal.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dia 23 de novembro é uma data especial para a população de São Jorge d'Oeste. Do primeiro desbravador até os dias atuais, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um Município que engrandece e orgulha a todos. O seu aniversário tem que ser registrado sob o signo da emoção ao lado do reconhecimento por tudo o que ele representa para o nosso Estado. O Município está comemorando 47 anos de realização e sucesso. É uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

O início da colonização da localidade onde hoje se situa o Município se deu com a vinda do Coronel José Rupp, oriundo de Joaçaba, Santa Catarina. Ele vendia dormentes para empresas que construíam estradas de ferro, as quais deram em troca de suas dívidas porções de terras na região do Paraná, onde hoje está São Jorge d'Oeste. Isso se deu em 1953/54. A localidade colonizada foi a Fazenda São Jorge, com área de mata fechada de aproximadamente vinte e quatro mil hectares, denominadas como parte da Gleba "chopim".

Em 1958 teve início a migração com a vinda de famílias de colonos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, descendentes de italianos e alemães, que adquiriam colônias a preços baixos e a longo prazo. O local se desenvolvia rapidamente favorecido pelos solos de alta fertilidade e as matas abundantes. No ano de 1959 foi aprovada a planta da Cidade.

A denominação São Jorge d'Oeste é uma homenagem ao Santo padroeiro devido à devoção do proprietário da Fazenda Velha, José Rupp, e complementado pela referência geográfica da porção territorial em relação ao Estado. O termo d'Oeste, é para diferenciá-la de Cidade homônima.

Pela Lei Municipal nº 023, de 09/06/60, foi criado o Distrito Administrativo de São Jorge, com território pertencente ao Município de Chopinzinho. Em 24/06/63, através da Lei Estadual nº 4730, o Distrito foi elevado à categoria de Município, com território desmembrado de São João, e a instalação deu-se em 23/11/63. A economia do Município se baseia na criação de gado de corte e leite, frangos de corte, suínos, milho, trigo, feijão, soja, e nos últimos anos, o turismo, devido aos lagos do Iguaçu, que hoje se tornou um pólo turístico do Sudoeste do Paraná, atraindo visitantes de toda região e até mesmo do País.

O Município é destaque na Educação, como um dos 37 Municípios nota dez em Educação no Brasil.

Hoje, São Jorge d'Oeste, conduzido pela Prefeita Leila da Rocha, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. A administração municipal sabe,

com inteligência, superar os obstáculos aparentemente intransponíveis, garantindo a viabilidade do Município que vislumbra horizontes promissores para os próximos anos.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 4031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos jornalistas Karlos Kohlbach, Katia Brebatti, James Alberti e Gabriel Tabatcheik, pelo trabalho vencedor do Prêmio Esso, o mais importante prêmio do jornalismo brasileiro, pela primeira vez concedido a profissionais do Paraná.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Marcelo Rangel.

REQUERIMENTO Nº 4032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Desembargador Miguel Kfourri Neto, que foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) nesta última sexta-feira (19) para o biênio 2011/12.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 4033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao empresário Charles Piveta, sendo coroado com o Prêmio Jovem Empreendedor, no dia 29 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 4035

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestações do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao Município de Santo Antonio do Caiuá, o qual em 25/11/10 celebra seu aniversário.

A Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná deu início à implantação do povoado de Santo Antônio do Caiuá em dezembro de 1951. Etimologicamente, Caiuá provém do guarani “cai guará”, ou seja, o que habita nos montes. “Caiuá”, “Caaguá” ou “Cainguás” são variantes do nome dos índios guaranis da margem esquerda do rio Paraguai. Criado através da Lei Estadual nº4338, de 25/01/61, e instalado em 25 de novembro do mesmo ano, o Município de Santo Antônio do Caiuá foi desmembrado de São João do Caiuá. Com localização privilegiada, banhado pelo rio Paranapanema, Santo Antônio tem como cenário o Morro do Diabo, uma das maiores reservas de Mata Atlântica intacta do Estado de São Paulo no Município de Teodoro Sampaio, elevando de forma singular o potencial turístico e ecológico da Cidade.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Santo Antônio do Caiuá, destacando sua história e o fato de ter-se tornando referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Santo Antônio do Caiuá, Sr. José Alves de Almeida, o Zezinho, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 4036

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão votos de congratulações ao Programa Agrinho por seus 15 anos de existência.

O Programa Agrinho teve seu início em 1995 quando foi desenvolvida a proposta pedagógica que tinha por essência os temas transversais e o primeiro material para alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Na ocasião priorizou-se a temática ambiental em decorrência da necessidade de responder ao problema pontual de extrema gravidade no meio rural - o da contaminação da população por agrotóxicos. Um ano depois, foi implantado em cinco Cidades em forma de piloto.

Ao longo dos anos os temas foram ampliados. Quando o programa completou 10 anos, uma ampla avaliação foi feita e o programa foi repensado. A cada ano, o Agrinho mobiliza mais de 80 mil professores e 1,6 milhão de alunos.

Em virtude dos trabalhos desenvolvidos em prol da formação da cidadania e da consciência ambiental, REQUER-SE à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao gabinete do Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Àgide Meneguette.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 4037

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao Município de Itaúna do Sul, o qual, em 19/11/10, celebrará o 49º aniversário. A Imobiliária Ferreira e Toledo Pizza Ltda., constituída na Cidade paulista de Tupã, lançou os fundamentos básicos do povoamento em Itaúna do Sul. A fertilidade do solo, a subdivisão das terras em pequenos lotes para a formação de sítios e chácaras e a excelência do clima fizeram com que se processasse rapidamente a formação do patrimônio, que desde o início recebeu a denominação de Itaúna. Pela Lei Estadual nº 3554 de 07/02/58, o povoado foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, pertencente ao Município de Nova Londrina. A 25/01/61, pela Lei Estadual nº 4338, foi criado o Município, com denominação de Itaúna do Sul. Emancipou-se em 19 de novembro do mesmo ano.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Itaúna do Sul, destacando sua história, o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas e motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Itaúna do Sul, Sr. Tomas Antônio Bajo Polo, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 4038

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao Município de Loanda, o qual, em 27/11/10 celebrará seu aniversário. Até 1950 o espaço geográfico onde se situa o Município de Loanda constituía-se de sertão inexplorado. Registros históricos citam a chegada, em 1950, dos primeiros habitantes do Município. Eram os Srs.: João Tavares Souza, Moyses de Souza, Duarte Celestino de Oliveira, João Macena de Oliveira, Francisco Rocha e Antonio Locheti, conforme informa o sítio da Prefeitura. A Empresa Colonizadora Norte do Paraná (composta pelos sócios Lino Spinardi, Irio Spinardi, Asio Montecuco e Sebastião Delfino Machado) adquiriu dos Srs. Santiago Martin Corral e David Bancow, 200 alqueires que foram subdivididos em lotes urbanos e rurais. O traçado da Cidade e a construção das primeiras casas só foram possíveis depois que a densa mata foi cortada e queimada. No mesmo ano surgiram as primeiras serrarias e a primeira indústria cerâmica. Em 15/08/53, pela Lei Estadual nº 47, o núcleo urbano foi elevado à categoria de Distrito Administrativo. Em 26/11/54, Loanda desmembrou-se de Paranaíba, pela Lei Estadual nº 253. A instalação oficial deu-se a 27/11/55 e em 08/05/56 o Município é elevado à categoria de Comarca. O primeiro Juiz de Direito

da Comarca foi Dr. Abraão Atem e o primeiro Promotor de Justiça Dr. Lamartine Rollo Soares. Economicamente, Loanda tornou-se um importante polo comercial e de prestação de serviços, e destaca-se, ainda, pela agropecuária e por suas crescentes indústrias.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Loanda, destacando sua história e o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Loanda, Sr. Álvaro Freitas Neto, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 4039

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Município de São João do Caiuá, o qual em 26/11/10 celebrará seu aniversário. A Empresa Colonizadora Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná marcou e mediu uma área para criação de um patrimônio em 1951. Demarcada a área, aberta a estrada de acesso e definido seu perímetro urbano, inicia-se a chegada dos pioneiros vindos de diversas regiões do País atrás das terras que prometiam fartura e produtividade. Já em 1954 iniciava-se a construção do Campo do Pouso. Discutiram os moradores a respeito da denominação a ser dada à Cidade. Dentre outros nomes listados, escolheram São João do Paraíso, que só não foi instalado por haver outro Município mais antigo com o mesmo nome, optando-se então por São João do Caiuá. Criado através da Lei Estadual nº 253, de 26/11/54 e instalado em 17/12/55, foi desmembrado de Alto Paraná. Atualmente, São João do Caiuá é referência na área da agropecuária e da produção mineral.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de São João do Caiuá, destacando sua história e o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de São João do Caiuá, Sr. Cláudio Pauka, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 4040

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Município de Paranacity, o qual em 26/11/10 celebrará seu aniversário. O desbravamento da

área onde se acha plantado o Município de Paranacity, como destaca o sítio da Cidade, foi iniciado no ano de 1949, através da Imobiliária Progresso Ltda, de propriedade dos Srs. Rajah Eid e Faiez Eid, responsáveis pela colonização e vendas de lotes urbanos e rurais a civilizados oriundos dos mais diversos pontos do País. Em 1951 a comunidade já apresentava um ativo comércio e a boa qualidade das terras atraía, dia a dia, mais e mais famílias. No ano de 1954 no dia 26 de novembro, de acordo com a Lei Estadual nº 253 foi elevado a Município, desmembrando-se de Nova Esperança. O projeto de emancipação política foi de autoria do Deputado Estadual Hélio Setti. Atualmente, Paranacity é um polo de referência nas áreas do comércio e da agropecuária.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Paranacity, destacando sua história e o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Paranacity, Sr. Mario Shideo Yamamoto, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 4041

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão votos de congratulação ao Desembargador Miguel Kfoury Neto, do Tribunal de Justiça do Paraná, pela eleição para a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis o homenageia ao destacar a eleição desse magistrado e doutor em Direito, cuja competência e dedicação profissional são motivo de orgulho para todos os paranaenses.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao gabinete do Desembargador Miguel Kfoury Neto.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 4043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pelo 31º aniversário do Município de Vera Cruz do Oeste que se realiza na data de 25 de novembro do corrente.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao Prefeito Municipal, Sr. Eldon Anschau.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Vera Cruz do Oeste teve seu início com a chegada das primeiras famílias na década de 1950. Em 1960, no Norte do Município de Céu Azul, houve uma grande corrente migratória do Norte do Estado. Antonio Vila Boas, fundador, pretendia criar o povoado para oferecer melhores condições para seus moradores. Iniciou-se assim o processo de divisão de áreas para colonização. Foi traçado o loteamento no ano de 1964 e em 22/09/65, celebrou-se a primeira missa, com as mesmas características da primeira missa do Brasil, fato que originou a homenagem à pátria, dando à Cidade um de seus primeiros nomes, e aos logradouros nomes de vultos históricos brasileiros.

REQUERIMENTO Nº 4044

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações aos Srs. Arno Dal Ri Junior, Guilherme Bez Marques e Sra. Sônia Arruda, pelo lançamento do livro Santa Catarina nas Relações Internacionais: Desafios da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina no Cenário Internacional.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4045

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná, na pessoa da sua Presidente Dra. Marisol Dominguez Muro pelo seu 50º aniversário.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4046

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Município de Contenda - PR, na pessoa do Prefeito Municipal, Sr. Hélio Luis Boçoen, pelo 59º aniversário do Município.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4047

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Guilherme Döring Cunha Pereira, pela criação do GRPCOM - Grupo Paranaense

de Comunicação, que uniu os principais veículos de comunicação do Paraná sob uma mesma diretriz e credibilidade já reconhecida.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4005

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Thomas Raymund Korontai.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Thomas Raymund Korontai, nasceu em 1957 em São Paulo/SP. Seus pais são húngaros refugiados da Revolução anticomunista de 1966 na Hungria.

É empresário, escritor, articulista, líder associativista e consultor em propriedade industrial através de sua empresa Komarca Escritório de Propriedade Industrial - Mascas e Patentes. E sócio-proprietária da Acqua Prata - Prata Coloidal.

Foi colunista por cinco anos do Jornal Indústria e Comércio do Paraná e publicou centenas de artigos em diversos jornais, revistas e boletins em todo o País. Fundou e foi o 1º Presidente da APPI - Associação Paranaense da Propriedade Industrial.

Foi membro da Comissão de Política Industrial e Tecnológica da FIEP (Federação da Indústria do Estado do Paraná) e membro do CODEM - Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Curitiba. É membro da Associação Comercial do Paraná. Foi membro do Rotary Club Cidade Ecológica de Curitiba. Fundador e ex-Presidente da Câmara Júnior Empresarial de Curitiba.

Foi Secretário Geral da Câmara Júnior do Estado do Paraná e Diretor de Mercados e Negócios da Câmara Júnior do Brasil.

Fundador e Presidente do Movimento Brasil Confederação (MBC) desde 1991, extinto com a fundação do Partido Federalista à partir de 1998.

Fundador e ex-Diretor financeiro da Câmara Latino Americana do Paraná.

É autor dos livros Brasil Confederação (editora Pinha/1993 - prefácio do jornalista Alexandre Garcia) e Cara Nova para o Brasil - Uma nova Constituição Federal para uma nova Federação a ser lançado e ainda do É Coisa de Maluco...? (Editora Multidéia - 1998).

Idealizou e fundou o Partido Federalista, após seis anos de estudos, dezenas de palestras em diversas universidades, associações comerciais, Câmaras de Vereadores desde Curitiba até Cidades do interior, dentre outras entidades, além de debates em muitos órgãos de mídia de diversas Cidades, inclusive políticos, juristas, jornalistas, sociólogos e empresários.

Idealizou e fundou o IF Brasil - Instituto Federalista, com sede em São Paulo, do qual é seu presidente.

Thomas Korontai sempre foi um cidadão, preocupado em fazer algo pela comunidade e principalmente pelo País. Sempre teceu opiniões duras e sinceras, sendo às vezes criticado pela sua autenticidade. Mas, embora tenha esse espírito, nunca participou da política partidária. “Sempre senti um certo asco pela politicagem que substituiu a boa e democrática política, aquela que deveria ser praticada na defesa dos interesses coletivos e não pessoais.”

REQUERIMENTO Nº 4048

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Lei, envio a moção de aplauso à Rádio Legendária - AM 960, na pessoa do Diretor-Presidente Padre Emerson da Silva Lipinski, pelo seu 60º aniversário.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4049

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio a moção de aplauso ao Curitiba Foot Ball Club, nas pessoas do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Administrativo, Srs. Jair Cirino dos Santos e Wilson Ribeiro de Andrade pela conquista do Campeonato Brasileiro da Série B de 2010.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) ROSANE FERREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 488/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, o ano do Centenário da Imigração e Colonização Holandesa nos Campos Gerais e no Estado do Paraná, a ser celebrado em 2011, permitindo a realização de programação que realce a passagem deste centenário.

Art. 2º Considera-se o Município de Carambeí, Cidade berço da imigração e colonização Holandesa no Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta, objetiva prestar uma homenagem ao Centenário da Imigração e Colonização Holandesa nos Campos Gerais e no Estado do Paraná, que comemorar-se-a no ano de 2011, permitindo a realização de programação festiva que comemora a passagem deste centenário.

No Estado do Paraná, o Município de Carambeí é considerado berço da imigração e colonização holandesa, pois a imigração holandesa em Castro ocorreu em dois momentos e lugares distintos: no início do século, em Carambeí - antigo distrito de Castro, e em 1950 na Castrolanda - Castro. Apesar das dificuldades, que foram muitas, como a perda de parte do rebanho que foi vítima de doenças e intoxicações, além da diferença cultural e linguística dos imigrantes. Felizmente, os obstáculos foram vencidos; os imigrantes holandeses fizeram de Castrolanda uma comunidade organizada e estruturaram a Sociedade Cooperativa Castrolanda que, unida à Cooperativa Batavo e à Cooperativa Agrícola de Arapotí, formaram a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, responsável por uma das maiores bacias leiteiras do Brasil, localizada em Carambeí.

Assim, prestando uma justa homenagem a este povo que, com muita coragem deixou seu País buscando neste um futuro melhor, e muito contribuiu para o desenvolvimento do nosso Estado, e principalmente, ao Município de Carambeí, berço desta imigração.

PROJETO DE LEI Nº 489/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 16595 de 26/10/10 que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações públicas e entidades paraestatais, assim como das Câmaras de Vereadores e das Prefeituras Municipais, que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado, inclusive na versão eletrônica, ficando extintas quaisquer outras formas de publicação oficial, ressalvadas as publicações disciplinadas pelas leis federais em vigor.”

Art. 2º No mesmo sentido fica alterado o artigo 5º da Lei nº 16595 de 26/10/10, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, assim como as autarquias, sociedades de economia mistas, empresas públicas, fundações públicas e as entidades paraestatais, bem como as Câmaras de Vereadores e as Prefeituras Municipais deverão se adequar ao disposto na

presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta lei, ressalvadas os prazos previstos na Lei Complementar nº 101/00.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/11/10.

(aa) MARCELO RANGEL

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa alterar os artigos 1º e 5º da Lei nº 16595 de 26/10/10, a fim de incluir as Câmaras de Vereadores e as Prefeituras Municipais nas obrigações impostas aos demais órgãos públicos pela chamada “Lei da Transparência”.

O Portal da Transparência, instituído pela referida lei vem do clamor popular que pedia medidas urgentes para o restabelecimento da ordem pública e significou um sistema de transparência mais moderno e amplo em todos os órgãos do Estado.

O que se pretende com a referida proposta é estender esta lei as Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores do Estado do Paraná, objetivando aumentar os benefícios da lei para toda a população incluindo os referidos órgãos.

O principal objetivo é o aumento da eficácia dos princípios da impessoalidade e da moralidade consagrados no artigo 37 da Constituição do Estado, estendendo ainda mais o alcance desta lei, que significou um grande avanço na política paranaense.

Diante do exposto e da urgência e importância desse tema pedimos a análise e a consequente aprovação dessa proposta legislativa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Finda a leitura do Expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Na verdade quero, antes de iniciar o meu pronunciamento, fazer um convite a todos os Deputados e Deputadas desta Casa, porque amanhã iremos realizar uma Audiência Pública no período da manhã, às 8h30, para fazermos uma debate a respeito do projeto da Defensoria Pública, que deverá voltar ao Plenário da CCJ na parte da manhã e aí, dependendo do entendimento que tenha a Presidência e os Srs. Deputados, poderá vir a Plenário ou não para votação. Mas de qualquer forma essa Audiência estará sendo feita na parte da manhã de amanhã e ficam todos os senhores e senhoras convidados.

Mas o que me traz aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é, na realidade, a necessidade de se ter um reconhecimento aos jornalistas do Paraná, e falo aos jornalistas porque entendo que todos os jornalistas, direta ou indiretamente, se vêem contemplados quando o Estado do Paraná primeiro recebe o Prêmio Tim Lopes EMBRATEL, um prêmio recente mas importantíssimo no que diz respeito à investigação e à matéria investigativa, e depois, para surpresa inclusive minha, porque entendia que o Paraná não receberia esse prêmio, recebe o Prêmio Esso. O Prêmio Esso, para aqueles que talvez não acompanhem, é o prêmio mais importante do jornalismo brasileiro. É dado desde 1956 e desde esse ano há grandes matérias, há grandes reportagens que foram feitas e o Paraná, pela primeira vez em 54 anos, recebe esse prêmio. Mais ainda, em 56 anos é a segunda vez que esse prêmio é recebido por uma equipe de jornalistas fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília.

Obviamente que entendemos que passamos aqui por uma fase muito difícil na Assembleia Legislativa, uma fase que teve e que terá desdobramentos, mas que já teve frutos. O projeto aprovado nesta Casa de Leis de Transparência é fruto inclusive dessas matérias que ficaram conhecidas como Diários Secretos, série de matérias que foi contemplada com o Prêmio Esso de Jornalismo.

Então, fica uma homenagem ao trabalho vencedor que foi desenvolvido pelo Karlos Kohlbach e pela Kátia Brembatti, que são jornalistas que cobrem esta Casa, pelo Gabriel Tabatcheik e pelo James Alberti. São quatro jornalistas que estiveram aqui durante seis meses, alguns deles em alguns momentos obviamente que criando alguns constrangimentos, sem dúvida nenhuma, mas fazendo o seu papel. E por que estou hoje fazendo a leitura desse prêmio? Porque temos o hábito de, muitas vezes, não refletirmos sobre as coisas que acontecem, e acho que é extremamente republicano a Assembleia Legislativa, de uma forma absolutamente plural, também entender que se aconteceram todos os equívocos e todos os erros que foram denunciados, que estão sendo apurados no Ministério Público, também há que se reconhecer o belíssimo trabalho que foi feito e o resultado desse trabalho, que foi justamente o Prêmio Esso.

Por que eu falo mais no Prêmio Esso e menos no Prêmio Tim Lopes? Srs. Deputados, Deputado Rossoni, V. Exa. que está hoje colocando o seu nome inclusive para ser Presidente desta Casa, porque isso mostra que a imprensa, quando quer, pode dar uma contribuição imensa ao nosso Estado, às nossas Cidades, ao nosso País. E tenho certeza que ainda há ressentimentos, é normal, é natural. É claro que as pessoas se sentem constrangidas.

Eu digo, Sr. Presidente, que é importante que façamos essa reflexão, porque não dá para ignorar que o que aconteceu foi grave, o que aconteceu é difícil de ser absorvido, mas que quebra, de certa forma, uma parte do corporativismo, que é normal, presente, e aceito como natural dentro dessas instituições, Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional.

Então, quando vejo jovens jornalistas fazerem reportagens que muitas vezes desafiam a lógica, desafiam o caminho que muitas vezes é traçado, inclusive pelos seus jornais, pelos seus órgãos de imprensa, não foi com esse jornal, com a Gazeta do Povo, durante matérias, e como falei aqui, criam constrangimentos, mas também são constrangidos muitas vezes, e vamos pensar: não é fácil, durante seis meses, você fazer matérias sobre qualquer Assembleia Legislativa do Brasil, e não foi fácil fazer sobre a Assembleia Legislativa do Paraná. Não por acaso que esses jornalistas, o Gabriel, o James, a Kátia e o Carlos, ganharam o Prêmio Esso de Jornalismo, volto a repetir, é pela segunda vez que esse prêmio sai do eixo Rio/São Paulo/Brasília. É fundamental que atitudes como essas sejam reconhecidas e elogiadas.

Por isso, acredito que houve uma grande contribuição à democracia do nosso Estado, e que talvez as gerações futuras, não nós, vão poder olhar nos próximos cinco, 10, 15 anos, com um olhar diferente para a Assembleia Legislativa. Já ouvi aqui vários Deputados falando que precisamos recuperar a credibilidade da Assembleia Legislativa do Paraná. Por isso mesmo que estamos fazendo - e está aberto para todos os Deputados que queiram assinar - um requerimento para que seja feito, dentro das atribuições regimentais que temos, e após ouvido o Plenário, Deputado Elton Welter, V. Exa. que faz parte da Mesa Diretora, que seja consignado em ata o trabalho desses jornalistas, dos quatro nomes que citei aqui, e que obviamente seja consignado para sabermos que quando os jornalistas do mundo inteiro fazem um trabalho que normalmente não é comum ser feito, não é usual ser feito, merecem o nosso reconhecimento e o nosso apoio. Passaram talvez dezenas de noites não só em sonhos, mas passaram dezenas de noites e de dias com muita apreensão, creio que continuam com muita apreensão, porque não foi fácil essa série de reportagem, que ficou consignada como Diários Secretos, sair da forma que saiu e terem, os seus autores, tido a capacidade e a competência de fazer da forma como fizeram.

Foi também a partir daí que fizemos uma reflexão e tivemos diversas leis. Cito duas: a Lei nº 16390, que foi elaborada pelo Deputado Durval Amaral, foi votada, aprovada e traz a modernidade para a Assembleia Legislativa; e a Lei da Transparência, que sofre hoje questionamentos, mas que é uma lei que ajuda.

Quando não formos mais Deputados, saberemos que houve, um momento que esta Assembleia Legislativa foi colocada em xeque, que foi questionada e que esses quatro jornalistas talvez tenham aberto um caminho para que outras emissoras de rádio, televisão, jornais, também entendam que têm um papel cidadão e republicano quando fazem matérias desse tipo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fica aqui o meu reconhecimento e da nossa bancada àqueles jovens jornalistas que tiveram a ousadia de, numa série de matérias, desnudar uma série de problemas que tínhamos na Assembleia Legislativa. Obviamente que a consequência

não poderia ter sido melhor. Cinquenta e seis anos depois o Paraná recebe, pela primeira vez na sua história, o Prêmio Esso de jornalismo. Esse que é o Oscar das reportagens no Brasil todo. Parabéns aos jornalistas! Parabéns à emissora que teve também a ousadia de seguir esse caminho. Parabéns a todos que, de uma forma republicana, contribuíram para que tivéssemos um caminho melhor para nós todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli **(PMDB)**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui me somar a homenagem que faz o Deputado Tadeu Veneri aos jornalistas, especialmente a Kátia Brenbatt, ao Carlos Kolbach, ao James e ao Gabriel. Muito particularmente a Kátia e ao Carlos que, indiscutivelmente, claro ao lado dos outros profissionais, realizaram um grande trabalho investigativo que, infelizmente, teve como objeto aquilo que acontecia aqui na Assembleia Legislativa. Que todos sabíamos pelo “ouvi dizer” de tantos anos a chamada não publicação dos Diários Oficiais, da não circulação, da interrupção que houve durante um determinado período que acabou ensejando a uma investigação que levou a Gazeta do Povo e a RPC ganhar esse prêmio. Claro, a família que dirige a Gazeta do Povo e a RPC a Família Cunha Pereira e a Família Lemansk, mas foram esses jornalistas Kátia, Carlos, James, Gabriel que tiveram a capacidade de poder trabalhar, se dedicar com o apoio da empresa jornalística. E, depois de tanto tempo o Paraná ganha uma premiação nacional. Gostaria que essa premiação pudesse ser por uma coisa favorável ao Paraná, uma notícia boa. Mas não é. E temos que reconhecer, Deputado Tadeu Veneri, que nos últimos 56 anos é a primeira vez que o Paraná recebe, mas que seja boa, que ela seja o significado de um novo tempo, de um tempo que esta Assembleia já iniciou na renovação dos seus procedimentos, das mudanças que já implementamos e que temos que dar continuidade a essas mudanças. Certamente, a cultura que se havia instalado na Assembleia não existe mais.

Temos novas leis, fizemos o recadastramento; do recadastramento tivemos as exonerações de 100% dos servidores; um novo enquadramento numa nova Lei, a nº 16390. A Lei nº 16522, que dá investidura de qualquer pessoa que for nomeada num cargo em comissão de tomar posse de forma solene, como todos que tomaram posse em cargos em comissão, e aqui tomaram de forma solene a posse no cargo. Para que nunca mais, na história da Assembleia Legislativa, possamos registrar cenas que possamos envergonhar. Então, que este prêmio seja à coragem, à dedicação, à competência dos jornalistas da

Gazeta do Povo, mas, também, que seja reconhecimento de que é necessário termos uma nova era, com um novo procedimento em relação à aplicação do dinheiro público.

Por isso, Sr. Presidente, quero me somar às palavras do Deputado Tadeu Veneri e dizer que, também, entendo que este Prêmio Esso de Reportagem, é um prêmio que marcará a vida do Paraná, nacionalmente pelo reconhecimento. Certamente, a nossa imprensa, depois da série Diários Secretos nunca mais será a mesma. É o que eu espero, inclusive, que tenhamos absoluta transparência do ponto de vista daquilo que é fruto do processo de investigação de um profissional da área da comunicação social.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Quero aqui dizer que participamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, com a presença de diversos outros Parlamentares; do Presidente desta Sessão, Deputado Augustinho Zucchi; dos Deputados: Fernando Scanavaca, Cleiton Kielse, Péricles, Tadeu Veneri, da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Dr. Batista, representando a Assembleia Legislativa, o todo aqui desta Casa, de um evento promovido pela Universidade Federal do Paraná. No sentimento de todos os representados que estavam, os pró-reitores, os diretores dos centros, enfim, toda a cúpula que dirige aquela centenária instituição, porque será centenária daqui a dois meses, a UFPR. Participamos de uma discussão, para poder encaminhar um aprofundamento das parcerias que o Estado tem feito, e o apoio que esta Assembleia Legislativa pode e deve dar a esta grande instituição de ensino público, que presta um serviço extremamente relevante.

Lá estive representando a Presidência da Assembleia Legislativa, na companhia dos demais Parlamentares, e trago a V. Exas. o pedido da Universidade Federal do Paraná. É melhor pedido de ajuda, um pedido de podermos construir parcerias que signifiquem melhorar ainda mais a prestação dos serviços, não apenas no ensino, mas também dos serviços que a UFPR presta, no âmbito do Estado do Paraná, e do debate, da discussão de uma sugestão de emendas que possamos apresentar ao orçamento de 2011. Como fruto da nossa discussão, Deputado Jonas, ficou formulado por meio de uma proposta feita pelo Deputado Augustinho Zucchi e acatada pelos demais Parlamentares, pelos Deputados Luciana, Kilese, Fernando Scanavaca, Péricles e Tadeu Veneri. Houve um consenso em apresentar uma emenda coletiva, não apenas em nome desses Deputados, mas de todos os Deputados que integram a Assembleia Legislativa. Uma emenda que possa definir o valor - discutimos com o Presidente da Comissão de Orçamento ainda há pouco, o Deputado Nereu Moura - de R\$ 2 milhões, destinada a uma instituição, que indiscutivelmente precisa de muito apoio e serve a todo o Estado do Paraná, o Hospital de Clínicas.

Decidimos como uma forma de responder a esse chamamento, de forma bem objetiva. Porque amanhã fecha o prazo da apresentação das emendas ao orçamento, na área da Saúde, que é absolutamente fundamental, onde precisamos investir cada vez mais. Ali decidimos submeter esta Casa à apreciação de todos os Parlamentares e pedimos o apoio de todos, para essa emenda coletiva, no valor de R\$ 2 milhões, para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Encaminho isso. Dizer que me desincumbindo até da missão que me deu o Presidente Nelson Justus e também de todos os outros Parlamentares, no sentimento de poder dizer da importância que temos, de ter na nossa Universidade Federal do Paraná uma instituição centenária, parceira das instituições públicas do Estado do Paraná. Sabemos que temos um longo caminho a ser percorrido. Porque nesse ano da graça de 2010, nós já estaremos investindo no Paraná, provavelmente, no orçamento real nosso, 32% da receita deste Estado em Educação, desde a educação básica até o ensino superior. Quantos Estados investem o que nós investimos?

Dizer ao Deputado Traiano, que ainda há pouco questionava o porquê da saída da Secretária de Estado da Educação, Yvelise Arco-Verde. Tenho o convencimento que é necessário, Deputado Péricles, V. Exa. que é Presidente da Comissão de Educação, que poderíamos ao invés do que quer fazer o Deputado Traiano, um pedido de convocação da ex-Secretária, que possamos convidá-la e ouvi-la. Há uma grande preocupação por parte dos Deputados desta Casa, em relação às notícias que chegam dos professores que ficaram sem receber salários, de licenças que foram concedidas, de forma que não estivessem previstas naquilo que é o orçamento da área da Educação.

Como essa área é libertadora e emancipadora deste País e lutamos tanto para ter uma política na educação nesse Governo, para que fosse uma referência nacional, é necessário sim que mesmo que terminando esse período de Governo, com a posse do novo Governador, que possamos saber o que está acontecendo pontualmente. Da minha parte sempre trabalhei contra as convocações, porque entendo que é necessário dar a oportunidade às pessoas de se explicarem. Penso que é oportuno poder ouvir a Secretária da Educação, para podermos ter uma clareza em relação a isso que está acontecendo.

Termino, Presidente, no sentimento de poder relatar como já relatei a esta Casa, do evento realizado pela UFPR, onde representei V. Exa., onde acordamos apresentar uma emenda coletiva, no valor de R\$ 2 milhões para beneficiar o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. Foi esse consenso da construção da discussão. O tema é muito mais abrangente e profundo, aliás o reitor publicamente pediu e fez uma menção a essa mensagem que veio do Poder Executivo em relação ao SIMEPAR, da suspensão e da determinação de V. Exa. para que a mensagem não pudesse ser votada porque havia uma exclusão da Universidade Federal do Paraná.

É necessário debater melhor o tema mesmo, penso que nós mantermos permanentemente o clima de diálogo com as Universidades Federais do Paraná, seja com a UFPR, com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com o Instituto Federal do Paraná e também com as novas universidades como a UNILA, e outras instituições que estão sendo implantadas em nosso Estado é fundamental para que possamos buscar os desafios. Não canso de dizer que o grande desafio ainda para aumentar as nossas parcerias é poder discutir uma pauta com o Governo Federal para federalizar as nossas universidades estaduais.

Imaginem se pudéssemos transferir a folha de pessoal da UNIOESTE, toda responsabilidade de pessoal da UNIOESTE para o Governo Federal. E ficássemos nós, o Estado do Paraná com a responsabilidade de promover o custeio e os investimentos de ampliação. Fazer a mesma coisa em relação a UEM, a UEL, o quanto que poderíamos ter de valor do ponto de vista de investimentos, numa área que é absolutamente fundamental. Penso que os debates, as discussões que temos que travar pela frente, são muito importantes até para poder reforçar as parcerias como essa que é proposta pela Universidade Federal do Paraná. Que mostrou, inclusive, com muito orgulho a transformação que houve no litoral do Paraná com a implantação do *campus* litoral. Que na verdade é um *campus* da Universidade Federal do Paraná e que revoluciona o litoral paranaense, até porque a implantação dos cursos, não só a criação, mas a ampliação desses cursos que são oferecidos pela Universidade do Litoral.

Então, Sr. Presidente, concludo aqui, me desincumbo, o Deputado Augustinho Zucchi fez a proposta, o Deputado Nereu Moura já acatou, estamos formulando então a emenda coletiva para poder apresentar em nome desta Casa como uma resposta bem objetiva em relação aquilo que foi proposto no debate. Claro que são muito mais propostas, muito mais emendas, elas podem e devem ser discutidas. Mas, pelo menos essa que possamos aprová-la e inclui-la no orçamento do Estado do Paraná para 2011.

É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, na manhã de hoje, teve uma reunião final da comissão censitária do Paraná. Essa comissão foi designada para esta Casa, para representar o Poder Legislativo e encerraram-se os trabalhos do levantamento do IBGE. E os resultados serão divulgados oficialmente pelo nosso Diretor, Sinval, no dia 29. Terá uma coletiva às 14h30. O trabalho foi concluído, as estimativas aproximadamente em torno de 10,4 milhões de habitantes. E também neste dia de hoje, apresentamos um requerimento que está na Mesa, para que o Sinval, venha até este

Poder na primeira semana de dezembro, lá pelo dia 7, de acordo com o requerimento, se for possível, para externar todas as informações de caráter oficial neste Poder Legislativo, haja vista que o Poder Legislativo do Paraná contribuiu com a divulgação e, certamente este censo foi um dos censos que de fato se chegou a fazer um levantamento absoluto, que teve a maior precisão possível dentro daquilo que foi feito pelas pessoas que trabalharam nesse censo.

O Brasil deverá ter aproximadamente 190 milhões de brasileiros neste levantamento. Esses dados também serão divulgados no dia 29 ainda deste mês.

Portanto, este censo dará, na minha visão e de acordo com quem é técnico também de planejamento, uma clareza grandiosa, tanto para os entes públicos como os Municípios, Estados e a Federação, como para ao setor privado para planejar melhor as suas ações, do ponto de vista de investimentos, tanto do setor público como do privado.

E já uma coisa que ficou clara, as estimativas de crescimento da população não chegaram naquilo que era a previsão do IBGE - a população cresceu, mas não cresceu na proporção que de acordo com os dados previstos do planejamento do próprio IBGE, é um dado que no futuro, se continuar essa tendência - porque as famílias de fato estão tendo menos filhos - a população brasileira estará envelhecendo e certamente num processo de crescimento econômico, que o País tem uma certa garantia de que isto ocorrerá, nós poderemos ter cada vez mais falta de mão-de-obra.

Então, esses os resultados do IBGE, certamente darão um diagnóstico muito claro por onde deverá caminhar o planejamento e ações de políticas públicas para os mais diversos setores da sociedade e na área social, da criança, na área do idoso, na área das minorias, em todos os setores esses censo de fato foi muito bem feito e contemplou todas as informações necessárias da sociedade.

Então, quero cumprimentar já de antemão o Sinval, nosso diretor presidente aqui do IBGE Paraná, não houve nenhum contratempo em todo esse levantamento, e certamente é um momento muito importante para os novos gestores, tanto do Governo Federal, no caso da Dilma, os novos Governadores e também para os Prefeitos e Prefeitas, e também para o setor privado, essas informações mais detalhadas, muitas sairão infelizmente só no ano que vem, apesar de que a conclusão do levantamento foi até rápida. Agora, a sistematização das informações com relação a população já sairão oficialmente no dia 29.

Portanto, Sr. Presidente, é um momento que quando for divulgado oficialmente já a partir do dia 29, também é importante que façamos, que o nosso diretor venha até essa Casa para colocar toda a forma como foi feito o levantamento do IBGE, esse censo, e certamente as informações darão um norte muito claro para o futuro das políticas públicas.

Portanto, quem tiver bons planejadores, bons técnicos e tiver decisão política no significado semântico da palavra, querer diminuir as desigualdades sociais a partir deste novo levantamento do IBGE, terá mais certeza para onde apontar o direcionamento dos gastos públicos e certamente iremos avançar mais nos próximos anos, diminuindo assim as desigualdades sociais neste País, neste Estado e também nos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a tribuna para levantar aqui mais um tema que na minha visão, na minha concepção, está preocupando os paranaenses principalmente neste momento de transição em que se prepara a posse do novo Governador do Paraná para o dia 1º de janeiro do ano que vem. Tenho lido nos blogs, tenho lido em diversos jornais da mídia estadual matérias que versam sobre o porto de Paranaguá.

Srs. e Sras. Deputados, é público e notório que o Estado de Santa Catarina avançou e muito em relação a porto no seu Estado, em detrimento a isso prejuízos incalculáveis foram acarretados à economia do Estado do Paraná. Agora no dia 22 de dezembro vamos ter a inauguração do 5º porto de Santa Catarina em Itapoá. Em compensação no Paraná temos apenas um porto e meio trabalhando. Isto significa dizer, que se estes avanços em Santa Catarina aconteceram, são exatamente fruto da inoperância de uma administração não convincente em relação ao porto de Paranaguá colocando Santa Catarina na vanguarda em prejuízo ao Estado do Paraná. Vou fazer uma leitura até para fazer um comparativo em relação ao que o Paraná perdeu, e o que nos preocupa na verdade é este noticiário que está tomando conta do Estado da possibilidade da possível, não estou afirmando que seja verdadeiro, mas levanto aqui da tribuna a voz em defesa do Paraná, da possível federalização do porto de Paranaguá. Esse assunto está tomando corpo e venho aqui exatamente para começarmos a fazer um movimento em defesa do Estado do Paraná.

Temos conhecimento que nesta quarta-feira o Governador Pessuti tem uma audiência com o Diretor da ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o que nos informam é de que desta conversa existe um trabalho, um movimento muito forte no sentido de federalizar o porto de Paranaguá. O Governador Pessuti já está buscando a possibilidade de levar para os cofres do Tesouro do Estado, sob o pretexto de investimentos em algumas rodovias na área litorânea recursos na ordem de R\$ 120 milhões. Todos nós sabemos que o porto de Paranaguá tem hoje um Fundo de aproximadamente R\$ 439 milhões e uma receita mensal de 7 milhões de reais/mês, oriundos de tarifas arrecadadas no porto. Ao fazer este

movimento, o Governador, não quero aqui dizer afirmativamente, mas é um alerta porque quando se começa a propagar nos meios de comunicação é sinal que algo já está acontecendo!

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Levanto a minha voz e tenho certeza que é a voz de todos os Parlamentares e de todos os paranaenses. Até porque vou encaminhar um requerimento à Casa para submeter à aprovação dos Srs. Deputados para que façamos um movimento para convocar ou gestionar antecipadamente as entidades representativas do Estado, aquelas que sempre promoveram a defesa do Estado do Paraná, tais como: FIEP, FAEP, FACIAP, cooperativas agroindustriais, o Movimento Pró-Paraná, o Movimento O Paraná que Queremos, os Srs. Parlamentares, Prefeitos Municipais e acima de tudo os nossos Senadores e os Deputados Federais.

Gostaríamos de saber, já que permeia no meio da mídia estadual toda esta movimentação da possibilidade da federalização dos portos - gostaríamos de saber de antemão qual é o posicionamento dos Deputados Federais, dos nossos Senadores eleitos em relação e este assunto que começa a tornar conta dos meios de comunicação paranaenses. Acho que é justo que façamos aqui este pronunciamento, porque nada mais interessante do que defendermos os interesses do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Ademar Traiano, ouço com muita atenção o vosso pronunciamento. E V. Exa., como todos os Deputados de Oposição e até da base do atual Governo, tem se preocupado com a infraestrutura do Estado para que possamos aquecer cada vez mais a economia do Estado do Paraná. Quem alavanca a economia do Estado não é o Poder Público e sim o setor privado. Mas o Poder Público tem que dar condições para que o setor privado possa produzir, possa transportar e possa exportar acima de tudo. E o porto de Paranaguá representa muito para a economia do Paraná. Mas nos últimos oito anos quem ganhou com o porto de Paranaguá foram dois Estados: São Paulo e Santa Catarina. Enquanto que aqui procurou, sob todas as formas, procurar entraves na exportação ou na importação, não seguindo as normas delegadas pelo Governo Federal - todos os portos do Brasil são do Governo Federal, que dá concessão para o Governo ou para a iniciativa privada explorar e operar esses portos. É isso que está acontecendo no Estado do Paraná, e o Governo do Estado do Paraná, nos últimos oito anos, desrespeitou a regulamentação, a lei que dá poderes, que regulamenta a operação portuária, principalmente na APPA do Estado do Paraná.

Agora V. Exa. traz aqui na tribuna a possível federalização dos portos. Seria lamentável se isso acontecesse.

Ainda mais se tratando de final de Governo. Faltam 30 e poucos dias para terminar o Governo do Orlando Pessuti, ou seja, o Governo do PMDB, que administrou nos últimos oito anos o Estado do Paraná. Tenho certeza absoluta que o futuro Governador Beto Richa haverá de dar uma nova dinâmica, uma nova orientação sobre o comportamento do porto de Paranaguá e do porto de Antonina.

Parabéns a V. Exa. Oxalá que possamos reencontrar o caminho da exportação, e a exportação via Paranaçuá e não via Santa Catarina e São Paulo.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. tem sido um Deputado que tem levantado esse tema constantemente na Casa e contribui com o meu pronunciamento. Acho que entendo que não queremos neste momento, até porque queremos, num período de transição, politizar o assunto. Aqui trata-se de defender o patrimônio maior do Paraná. Por esta razão faço aqui um questionamento, indago os Srs. Deputados Federais, os Srs. Senadores eleitos qual é a posição desses Parlamentares em relação à essa conversa que se espalha no Estado da possibilidade de federalização do porto de Paranaguá. Precisamos defender esse que é o grande patrimônio do Estado. Porque já ouvi aqui, muitas vezes, o discurso: “A COPEL é nossa”. Por que não dizemos agora que o porto é nosso?

Então, vamos partir na defesa intransigente do porto, para que possamos ter aqui um grande gerador de riquezas. Tenho certeza que é a oportunidade de gerirmos esse porto com eficiência, dentro de uma visão moderna, revolucionária, de uma corresponsabilidade entre Estado e iniciativa privada. Faremos a diferença e faremos com que o porto de Paranaguá retome o seu caminho de crescimento e possamos colocar o Estado e o nosso porto realmente no lugar que lhe é reservado no contexto da economia nacional.

Quero fazer aqui também mais um comentário rebatendo, Srs. Deputados, uma entrevista do Governador Pessuti na última sexta-feira. Falava das questões de transição. Na verdade, o que podemos afirmar é que dificuldades de toda ordem estamos tendo, as respostas vêm pela metade, incompletas. De ordem financeira, nenhuma informação até o momento que possa nos balizar para fazermos o diagnóstico para o novo Governador do Paraná, das informações do Estado. Mas vou me ater a um questionamento, o Governador Pessuti me cobrava na sexta-feira e dizia que precisaria provar, que eu não tinha informações verdadeiras com relação às informações das nomeações feitas nos últimos oito meses no Estado. As informações que tenho são todas extraídas do Diário Oficial. Então, não estou falando uma inverdade. Tenho aqui um levantamento, feito mês a mês, do número de exonerações e do número de nomeações. Chegamos à casa de 646 nomeações acima das exonerações. Portanto, não estou sendo leviano e não estou dando nenhuma informação que não esteja sendo extraída de um documento oficial do Estado, do Diário Oficial do Estado.

Estou tendo cautela e zelo pelo dinheiro público. Quem deve explicar: Como nomeou? Por que nomeou? Por que nomear a cinco dias antes do término do Governo, funcionários de cargo em comissão? É o Governador do Estado. A mim, não cabe dar essa informação. Apenas levantei esse questionamento, mas quem deve responder a altura é o Governador. Porque os dados que eu tenho aqui, são dados oficiais. Não estou inventando.

Dou como exemplo o mês de maio: 213 nomeações, contra 45 exonerações. Isso significa dizer que 171 nomeações a mais foram feitas no mês de maio.

Portanto, a resposta está dada. Lamento que o Governador tenha se posicionado, em entrevista que deu no meio de comunicação, dizendo que eu estaria fazendo uma inverdade. Não está dificultando de forma alguma a questão da transição. Não é verdade. Temos dificuldades sim de toda ordem. Não está acontecendo dentro daquilo que realmente pretendíamos. Não temos nenhuma informação de ordem financeira do Estado.

Teremos que apresentar um diagnóstico ao Governador e não temos os números oficiais ainda do Estado. Pelo menos em parte, até o presente momento. Portanto é oportuno que façamos, aqui este rebate para deixarmos com clareza as informações para a opinião pública paranaense, principalmente.

Com relação às nomeações, quem deve explicar aos paranaenses, não é o Deputado Traiano. Trouxe à tona uma informação extraída de documentos oficiais do Governo. Agora, as razões que levaram a nomear 646 nomes a mais do que exonerou, quem deve explicar é o Governador Pessuti.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, todos que nos assistem.

Registramos com muito orgulho uma homenagem aos dois promotores de Londrina Dr. Renato de Lima Castro e Dra. Leila Voltareli, pela destacada atuação que eles têm tido no exercício dessa nobre missão. O trabalho de ambos tem sido alvo de grandes elogios e até porque é um trabalho que coloca a ação de ambos os promotores das mais destacadas de todo o Brasil. Com uma diferença, além da dignidade, da competência e do empenho com que a Dra. Leila e o Dr. Renato de Lima Castro exercem essa função tão delicada, tão importante.

Além do volume de trabalho que é natural, há um ponto que diferencia a ação desses promotores em relação de muitos outros. Quando eles estão com alguma possibilidade de entrar com algum tipo de ação, ao invés de pegar todo mundo de surpresa ou na calada da noite, muitas vezes a Dra. Leila e o Dr. Renato previnem.

Vou citar um exemplo concreto: a Câmara Municipal de Londrina ia implantar um aumento salarial para os seus Vereadores - aumento considerado ilegal. Se fossem atrás de holofote de autopromoção Dra. Leila e Dr. Renato teriam esperado acontecer o aumento para depois fazer um grande movimento, entrar com ação, execrando publicamente os legisladores de Londrina. Esse é um dos pontos que diferencia esses dois promotores. O que foi que eles fizeram? Alertaram o comando da Câmara de Londrina que se esse aumento fosse implantado, o aumento por ser ilegal, geraria uma ação pública. Hoje, além de ressarcimento aos cofres públicos, os Vereadores de Londrina correriam o risco de numa eventual condenação em colegiado, posteriormente no Tribunal de Justiça de ficarem todos os Vereadores inelegíveis.

Essa foi à maneira de agir alertando preventivamente como foi feito em relação à Câmara de Londrina, é também um dos motivos que nos trazem até a tribuna deste Legislativo para enaltecer o trabalho do Dr. Renato de Lima Castro e da Dr. Leila Voltareli como promotores de Londrina, merecem ser destacado e servir de modelo para todo o Brasil, porque ambos com competência e dignidade honram o cargo que exercem e esse é um motivo de orgulho para a sociedade paranaense.

E-mail de Cleber Lopes:

Deputado Belinati, mando este e-mail para saber o que será feito para melhorar a situação dos presídios de Londrina, que devido à superlotação estão usando até policiais civis - que deveriam estar investigando crimes ou combatendo bandidos - para tomar conta de presidiários, deixando em falta o que eles normalmente deveriam estar fazendo. Então, está aí a preocupação de um cidadão de Londrina, o Cleber Lopes, com a falta de mais gente, de mais agente penitenciário para poder exercer a função que normalmente cabe a um agente penitenciário e deixar que o policial, seja civil ou militar, atue no campo que cabe dentro da profissão que exerça, ou seja, de combater a marginalidade, a criminalidade, combater a violência e restaurar pelo menos uma boa parte da base da Segurança que a população, que o cidadão tem direito.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Comentamos desta tribuna sobre a CPMF: a volta ou não volta da CPMF. Esperaram o povo depositar o voto nas urnas e vem aí aquela lorota usando agora Governador, Senador, Deputado para preparar o campo para implantar a CPMF. Daqui a pouco a Presidente Dilma vai dizer: “Eu nem queria a CPMF, fui constrangida ou compelida a aceitar a volta a CPMF, mas sou contra.” Quantas vezes o Presidente Lula fez isso? Quantas ações ele tomou e daí vinha dizendo: “Eu pessoalmente até era contra, mas os Senadores, os Congressistas me pediram.”

Então, nobres Parlamentares, saiu agora uma pesquisa do respeitado instituto Paraná Pesquisa, do

empresário Murilo, e esse levantamento comprovou que 60% da população de Curitiba é contra a volta da CPMF. E agora estão tentando armar aí e dizer que se não vier a CPMF, trazem os bingos de volta e com o dinheiro do bingo se resolve o problema da Saúde Pública deste Brasil. Curioso, porque até outro dia proprietários de bingos eram presos, filmados, tinham as suas imagens jogadas nas grandes redes de televisão porque estavam praticando um ato ilícito e eram colocados como marginais, como bandidos.

Há quem diga que tem muito bingo que tem a pedra congelada e que o prêmio não sai para ninguém. Que tem bingo que o local pode ser até ponto para tráfico de drogas e tantas outras coisas, mas o que ficamos nos indagando é que se até outro dia bingo era motivo para prender os seus proprietários e quase sempre não era nem o proprietário que ia preso mas era um testa de ferro, era um funcionário, o bingo que até fez a alegria de muitos aposentados - porque muitas pessoas de idade gostavam de ter toda a tarde e uma parte da noite um local para poder jogar - e alguns perdiam até o que não podiam, mas de repente estão pretendendo a legalização do bingo, até outro dia um jogo de azar, um jogo clandestino. É bom lembrar, que um levantamento divulgado pela imprensa nacional mostrou que arrecada em pouco tempo duas vezes todo o valor da CPMF e que a grande parte dessa superarrecadação não foi para melhorar os hospitais públicos, não foi para contratar mais médicos, enfermeiros mais funcionários para os hospitais, para os postos de saúde, que o dinheiro acabou sendo aplicado, utilizado em outros segmentos do Governo Federal.

Então fica sempre uma desconfiança, voltar a CPMF vai resolver o problema da Saúde? Não resolveu lá para trás, provavelmente vai continuar não resolvendo. Legalizar os bingos para poder suprir esse dinheiro, que dizem que está fazendo falta no caixa da Saúde Pública, será que vai resolver? Será que essas pessoas que muitas vezes morrem, ficam jogadas, expostas ali em cima da maca, dentro de ambulâncias, nos corredores de hospitais, esperando desesperadamente por uma vaga, por uma cirurgia, por um tratamento, será que essa fila de espera efetivamente vai acabar? Será que o povo vai ter mais atenção, mais respeito, vai ter a sua saúde restaurada, vai ter quem sabe um pouco mais de tempo de vida? Tomara que sim. Mas volto a reafirmar, uma desaprovação em todo o Brasil em relação a volta da CPMF, não há ainda uma pesquisa se o povo aceitaria legalizar o bingo em troca de dinheiro para a Saúde Pública. Se isso acontecer queira a Deus que de fato melhore a Saúde, inclusive a Saúde Pública aqui no Paraná. Porque na nossa visão a Saúde Pública aqui em nosso Estado está doente, ela está na UTI, ela precisa ser melhorada com urgência.

Para terminar, Sr. Presidente, está sendo noticiado em todo o Brasil o caso da garota de 13 anos da vizinha Cidade de Curitiba, Pinhais, uma menina de um lar de classe média baixa conheceu alguém pela internet, e saiu de casa para encontrar com o cidadão e desapareceu.

Queira a Deus que não tenha acontecido o pior. Recentemente nos Estados Unidos, um jovem brasileiro, morando nos Estados Unidos, ele igualmente conheceu uma adolescente americana pela internet, convenceu a menina, a menina mentiu para os pais que iria se encontrar com os amigos num shopping, os pais deixaram a filha com toda a tranquilidade, shopping é um lugar seguro. E logo que os pais voltaram para casa essa garota entrou no carro desse brasileiro, no território dos Estados Unidos, o brasileiro levou a jovem americana para um matagal, onde ela foi abusada e morta. A internet é coisa fantástica, uma das maiores invenções do século, ou de toda a história do planeta, mas é preciso fazer, como disse a Deputada Rosane Ferreira, que na casa dela tem um único computador e todos, esposos, filhos, todos têm que usar aquele computador numa única sala. Então, infelizmente ainda não há um mecanismo seguro que dê aos pais, principalmente ao adolescentes, uma segurança, uma tranquilidade, de saber que o filho, a filha, vai estar na internet e não vai estar correndo o risco de um relacionamento que possa até quem sabe ser fatal, possa custar a vida desse ingênuo, dessa ingênuo adolescente. Era isso Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna hoje para falar sobre as constantes reclamações do Deputado Ademar Traiano em relação às ações do Governador Orlando Pessuti. Compreendo que quando se vence uma eleição se cria uma expectativa extraordinariamente positiva, no sentido de realizar os sonhos, em fazer um Governo efetivo, que cumpra metas, que melhore o Estado, que melhore a vida das pessoas. Acredito que afirmações precisam ser muito bem dimensionadas para não criar mais problemas do que aqueles que já existem. Hoje o Deputado Ademar Traiano falou aqui na tribuna do porto de Paranaguá, que conversas se espalham no Paraná no sentido que o Governo Federal estaria para retornar a administração dos portos do Paraná. Além do Deputado Ademar Traiano o próprio Deputado Elio Rusch fazendo afirmações de que o porto de Paranaguá está muito mal conduzido, muito mal gerenciado. E que a situação no porto de Paranaguá seria lastimável. Olha, é um paradoxo que vivemos esse tipo de constatação, porque se o porto está mal, se as coisas estão feias, então que o Governo Federal assuma de vez o porto. Retome a gestão do porto, acredito que afirmações como essas, acirram os ânimos do que apresentam soluções para resolver problemas como existem em Paranaguá.

Não posso aceitar, por exemplo, afirmações de que o Governador Orlando Pessuti estaria agindo de forma irresponsável. Que o Governador Pessuti é leviano. Ora, com base em quê? Qual sustentação para fazer esse tipo de afirmações? Com base em insinuações sem que tenha qualquer coisa palpável, documentos, sem que tenha argumentos com base em documentos. Por isso, não é recomendável acusar um Governador de leviano, de irresponsável se ele está cumprindo uma mandato que a população do Paraná lhe conferiu. E o mandato é de quatro anos. E o mandato termina no dia 31 de dezembro deste ano. Portanto, tudo aquilo que o Governador Pessuti fizer, as nomeações, as exonerações que ele fizer está fazendo com base na legitimidade de ser Governador do Paraná. Não existe nada de imoral, de ilegal, nas eventuais nomeações que o Governador Pessuti esteja fazendo no Governo do Paraná. Porque está escrito na Constituição do nosso Estado que o mandato termina no dia 31 de dezembro. E, até lá, ele tem legitimidade para governar o Paraná. Ora, com relação ao porto de Paranaguá, eu comungo das preocupações do Deputado Ademar Traiano, seria um absurdo o Paraná perder a gestão do porto.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Mas é importante dizer que o porto de Paranaguá é uma autarquia federal, é do Governo Federal, que está delegando ao Paraná, tem uma delegação no Paraná para gerir, para administrar o porto de Paranaguá. Portanto, o Governo Federal pode sim assumir o porto de Paranaguá quando ele bem entender, em caso do descumprimento do contrato feito para repassar a gestão do porto ao Governo do Estado.

Não acredito que exista esse pensamento por parte do Presidente Lula ou por parte da Presidente Dilma Rousseff de assumir o porto, de retomar a gestão do porto. Agora, o que não podemos é fazer afirmações xingando o Governador Pessuti, esculhambando com a gestão do porto, como se o porto fosse o pior dos lugares do mundo, porque aí sim está se dando ao Governo Federal o discurso que ele quer para assumir de volta a gestão do porto de Paranaguá.

O porto de Paranaguá, pelas informações que temos, melhorou muito na gestão do Governador Requião e do Governador Pessuti. Melhorou muito. Um porto que tem, hoje, 450 milhões em caixa. E eu falei, Deputado Péricles, para a equipe de transição do Governador Beto Richa: não sei por que estão lutando para que o Governador Pessuti não pegue 100 milhões do porto de Paranaguá. Ora, se o Governador Pessuti pegar 100 milhões para investir no Paraná está abrindo uma jurisprudência para que o Governador Beto Richa possa, também, utilizar os recursos do superávit do porto de Paranaguá. Se o Pessuti não pegar, possivelmente o Beto

Richa não conseguirá pegar o superávit do porto de Paranaguá. Ora, o Governador Pessuti está criando uma jurisprudência para que o novo Governador, que se instalará no Palácio Iguazu a partir do ano que vem, possa sim usar o porto como instrumento de fortalecimento da economia do nosso Estado, possa fazer as políticas de melhorias que o porto precisa, que a gestão do porto precisa.

Não reconhecer as melhorias que foram feitas, não reconhecer o crescimento que o porto teve e xingar o Governador Pessuti de leviano, de irresponsável, não está ajudando para que o porto fique nas mãos do Governo do Estado, em hipótese alguma. Não posso concordar com esse tipo de acusação, com esse tipo de palavreado. Ora, em que o Governador Pessuti está sendo irresponsável ou leviano? Em quê? Eu não quero saber de diz-que-diz-que, de conversa que se espalha pelo Paraná, quero saber do preto no branco, quero saber de informações que possam ser comprovadas documentalmente, mas não com argumentos que se esparramam sem nenhuma veracidade.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Nereu Moura, gostaria de me somar ao pronunciamento de V. Exa.

Estive fazendo um estudo há poucos dias sobre a questão do porto de Paranaguá. Tivemos recordes em todas as áreas de atividades do porto nos últimos anos. Aumentamos em 33,5% a exportação de grãos. Batemos os recordes de toda a história nesse sentido, não só em números de toneladas, como também no aspecto financeiro. Quando falo fizemos me refiro ao Governo do PMDB, uma reestruturação do porto jamais vista.

O que me faz pedir um aparte a V. Exa., sobretudo, é porque quando faltam argumentos parte-se para agressão, que não é bem vinda em momento algum. Sem dúvida alguma, esta é uma Casa de discussão, do debate, que é fundamentado com respeito e fundamentação.

Hoje temos a população do Estado do Paraná e de muitos outros lugares do nosso Brasil assistindo os nossos pronunciamentos, ouvindo as nossas palavras e analisando o que se fala, aqui, como reflexo daquilo que é o nosso Paraná. Esse tipo de vocabulário, de pronunciamento e de agressão, não reflete o que significa o Estado do Paraná, a nossa pujança, o que é o povo paranaense.

Então, o vosso pronunciamento é muito bem vindo. Entendo que as suas colocações foram extremamente pertinentes. Se houver dúvidas e questões, que sejam feitas, mas com respeito e clareza, questionando ou apresentando dados concretos.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Obrigado, Deputado Artagão, pela sua colaboração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que o Governador Orlando Pessuti jamais iria trair o Paraná. Ele tem toda a sua vida dedicada a este Estado. Não é porque o Governador Pessuti terá um audiência com o Presidente na ANTAQ que ele estaria arquitetando a transferência da APPA para o Governo Federal. Em absoluto, em hipótese alguma.

Precisamos unir o Paraná na defesa de nossos interesses. Precisamos do Governador Pessuti conversando com a Presidente Dilma e com o Presidente Lula, de quem ele é amigo, para defender os interesses do Paraná. Não é chamando o Governador Pessuti de leviano, de irresponsável, que vamos conseguir aqui que o porto de Paranaguá fique nas mãos do Governo do Estado a partir do ano que vem. Ele tem um compromisso na defesa dos interesses do povo do Paraná, que nos arremete no sentido de dizer que o porto precisa e deve ficar na gestão do Governo do Estado.

Não importa qual o Governo, ou partido, ou quem seja o Governador. Esta é uma luta que enfrentamos e iremos enfrentar. Ele está no final do seu Governo, mas não pode ser tratado com desrespeito e xingamentos, que na minha opinião são indevidos e mal colocados contra ele. Porque ele tem a postura de defender este Estado.

Por isso, Sr. Presidente, subo a esta tribuna para fazer as minhas colocações no resgate da verdade; para dizer ao povo do Paraná e aos Srs. Deputados que o Governador Beto Richa vai assumir o Governo do nosso Estado no dia 1º de janeiro. Um Governo redondinho, com uma gestão fiscal equilibrada, com condições de trabalhar, de manter as políticas públicas que deram certo, melhorá-las e fazer este Estado crescer, se desenvolver e ser o melhor Estado do Brasil, que é exatamente isso que esperamos e queremos. Eu, particularmente, tenho desejo que o Governador Beto Richa faça um grande Governo. Porque se o Paraná for bem governado, todos os paranaenses ganharão. Se o Paraná for bem dirigido, todos os paranaenses serão beneficiados. Por isso, Sr. Presidente, não tenho no meu coração nenhum sentimento de revanchismo, nenhum entendimento de preparar alguma armadilha para que o Governador Beto Richa encontre dificuldades para fazer o seu programa sair do papel, mas sim encontrar um Governo preparado, equilibrado, com as contas em dia, para que ele possa desde o primeiro dia, executar o seu plano de Governo na plenitude. E o Paraná possa ser o Estado gigante que todos nós queremos e torcemos que seja.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PSB/PRB/PV.

(Declinam)

Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Ouvi atentamente o Deputado Ademar Traiano e até aparteei ele no seu pronunciamento, para que pudéssemos nos manifestar sobre o porto de Paranaguá.

Cabe alguns esclarecimentos: tenho em minhas mãos uma notícia que saiu no blog do Ismael, dizendo da federalização do porto de Paranaguá. E logo em seguida um outro comentário, dizendo que o PT já teria o nome para ser o superintendente e administrador deste porto. E no mesmo comentário diz que esse pedido havia sido formulado em 2007 pelo Deputado Eduardo Sciarra - Democrata e pelo Deputado Ricardo Barros do PP. A bem da verdade, até para que esse senhor desse blog faça a correção. Nem o Deputado Sciarra e nem o Deputado Ricardo Barros solicitaram a federalização do porto de Paranaguá. O que foi solicitado foi a intervenção do porto de Paranaguá, para que se resolvesse a questão administrativa da APPA. Ou seja, a administração do porto de Paranaguá e Antonina. E o afastamento da Superintendência naquela época. Apenas isso. Isso aconteceu na questão dos transgênicos, em outros casos, mas que envolvem a questão administrativa do porto de Paranaguá.

Não acredito que o Presidente da República ou a ANTAQ agora no final do Governo, no início de um novo Governo, no momento em que o Brasil será administrado por uma nova Presidente e o Paraná será administrado por um novo Governador e principalmente no Paraná não se dá sequência a questão administrativa implantada há oito anos atrás. Mas, um novo Governo, como o próprio Beto Richa tem dito na campanha ou mesmo após a eleição, é um Paraná sem ódio, sem raiva, sem rancor. É um novo Paraná. Um Paraná onde se respeita o setor produtivo. Essas foram as palavras proferidas pelo então candidato a Governador, Beto Richa e agora eleito Governador. Ele procura a parceria, Beto Richa diz que há necessidade do Paraná se dotar da infraestrutura com melhor infraestrutura.

Sabemos que no porto de Paranaguá e V. Exa., Deputado Nelson Justus, que foi Secretário dos Transportes - o porto de Paranaguá está subordinado a Secretaria dos Transportes - V. Exa. tinha lá uma pessoa chamada Osiris Sthengel Guimarães que era Superintendente dos portos, uma personalidade inigualável, é uma competência, é um homem público com profundo conhecimento, principalmente na questão portuária, Deputado Marcelo Rangel. Agora quando assumiu o irmão do ex-Governador Roberto Requião, Eduardo Requião, a administração do porto de Paranaguá parece que tudo estava errado, não se seguiu a orientação da questão administrativa, das resoluções, das portarias da ANTAQ, porque todos os portos que temos no Brasil hoje, e eu acabei de citar há

pouco num aparte com o Deputado Ademar Traiano, todos os portos são do Governo Federal. O Governo Federal ele outorga, ele dá poderes para que os Estados possam administrar os portos, mesmo o setor privado, como acontece em Santa Catarina. E aqui no Paraná temos apenas dois portos, mas os dois são públicos, tanto Paranaguá como Antonina.

Existe um grupo, existia ao menos há questão de dois, três anos atrás, um grupo privado que queria construir um porto privado em Pontal do Sul e que cá para nós seria ótimo, seria muito bom e tomara que isto aconteça no Estado do Paraná, que tenhamos o porto público que é Paranaguá e Antonina, mas que tenhamos também o porto privado no Paraná. E quem ganha com isto? São os importadores e exportadores. A pessoa faz a opção. Temos a concorrência, vamos forçar com que a administração dos portos, como acontece em Santa Catarina - em Santa Catarina nós temos portos públicos e temos portos privados e existe a concorrência. Aqui no Paraná haverá de acontecer a mesma coisa, e oxalá que isto aconteça, eu torço para que isto aconteça.

Sempre tenho traçado um paralelo, Deputado Elton Welter, imagine se aqui em Curitiba tivéssemos apenas uma rede de supermercados, eles praticariam os preços ao seu bel-prazer. Imagine se tivéssemos aqui em Curitiba uma rede de farmácias, praticariam o preço ao seu bel-prazer. Agora, quando você tem mais de uma rede de supermercados, mais de uma rede de farmácias, qualquer comércio, mais de uma revenda de carros, é lógico que existe a concorrência, a livre iniciativa. O setor privado vai regular e quem ganha com isto é o consumidor.

Na questão dos portos é a mesma coisa. As medidas que foram adotadas no porto de Paranaguá nestes últimos oito anos, beneficiaram, volto a dizer, apenas dois Estados: São Paulo e Santa Catarina. Para lá que foram as pessoas, nós sabemos, Deputado Valdir Rossoni, nós conhecemos, e o Paraná conhece as empresas que foram lá fazer investimentos em Santa Catarina, e quem fez altos investimentos para importar ou exportar seus produtos não vai arrancar suas benfeitorias, o espaço físico e trazer agora para Paranaguá. Poderão, sim, de repente, fazer alguma estrutura a mais aqui no Estado do Paraná, mas não vão arrancar.

Mas por que saíram do Paraná? Por causa da administração dos portos.

Volto a dizer, isto é lamentável, lamentável, não quero crer que isto venha a acontecer, se for confirmado, Deputado Caíto Quintana, que o Governo Federal de repente venha a fazer a federalização. Isso não.

Diz o blog também, que eu não quero acreditar, acredito sim que o Governador Orlando Pessuti, afinal de contas ele é o Governador até 31 de dezembro, que ele vá a Brasília, que ele busque seus direitos, busque os recursos para o seu mandato, mas que ele não vá a Brasília pedir a federalização dos portos. Não acredito nisto.

Acredito, acima de tudo, no bom senso, no equilíbrio do Governador Orlando Pessuti. Como eu devo dizer e volto a reafirmar, ninguém pediu a federalização do porto de Paranaguá, os Deputados que acabei de citar, nem o Eduardo Sciarra e nem o Ricardo Barros. O que eles pediram foi a intervenção para que se resolvesse a questão administrativa do porto de Paranaguá, porque a federalização seria lamentável, triste, um prejuízo incalculável para o Paraná.

Tenho certeza que, pela visão que o Beto Richa tem, a mesma visão que seu pai teve como Governador do Estado do Paraná, haverá sim de aceitar as parcerias para que o Estado possa se dotar da infraestrutura necessária através dos portos, rodovias, ferrovias que saem do discurso e partem para a prática. Pensar alto, pensar nas hidrovias entre o lago de Itaipu, o rio Paraná com o rio Tietê, para baratear o custo do frete para o nosso agricultor, para quem produz e vende para outros Estados. Sem infraestrutura no Estado a economia fica algemada, não cresce, e quem desenvolve e alavanca a economia no Estado e no Brasil, como já disse antes, não é o Governo, é sim o setor privado, e o Governo tem que ser um parceiro para que eles possam se estabelecer no seu Estado, no seu País, nos seus Municípios, para que possamos aquecer a economia através da renda, da produção e da geração de renda e riqueza.

Concedo aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Elio Rusch, se começarmos a imaginar que o porto de Paranaguá, nos últimos anos, sofreu muito, podemos usar apenas um termo: má gestão. Acho que a grande preocupação do Governador da época foi prejudicar o porto de Paranaguá para prejudicar os produtores do Paraná. Isso realmente tem que acabar!

Já que se fala em federalizar, ou seja, colocar dinheiro público federal aqui no Paraná, acho que podemos aqui levantar a bandeira de se federalizar as faculdades estaduais que estão por aí. Aí sim podemos concordar: são recursos da União para investir na Educação que é prioridade. Alguém já falou nisso aqui hoje e acho que nesse assunto de federalizar faculdades eu concordo, agora federalizar o porto de Paranaguá não posso nem imaginar!

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço Deputado e tenho a certeza que a partir do ano que vem o Paraná vai viver um outro momento, um outro Paraná administrado com amor, com os olhares para frente e não administrar olhando para o retrovisor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário da Liderança do Governo, Deputado Caíto Quintana.

Liderança do Governo: Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Deputado Nereu Moura já fez aqui algumas colocações no horário do PMDB no que diz respeito a colocações feitas no dia de hoje na tribuna da Oposição desta Casa.

Tenho algumas preocupações quando levantamos temas como este: porto de Paranaguá, federalização de porto sem a consistência necessária para se entender como funciona, o que é, como opera, quais as normas as quais um porto está adstrito para poder operar, para operar seus cais. Como se tem dificuldade, por exemplo, na contratação de dragas para aprofundamento do canal. Lembro a V. Exas. que houve uma tentativa enorme de fazer isso durante a administração do Governador Requião: por poucas empresas trabalharem com dragas e essas empresas se protegerem muitas e muitas vezes o preço se torna exorbitante, porque você não tem quem possa fazer esse trabalho. Chegou a se cogitar na compra de dragas próprias do porto de Paranaguá. É um assunto complicadíssimo. Não quero entrar na questão porto de Paranaguá porque também desconheço o seu funcionamento e ao que ele está subordinado para poder operar. A única coisa que deveria fazer os Deputados da futura base do Governo é que chegue logo o dia 31 de dezembro e logo chegue o dia 1º de janeiro, e logo terá posse de um novo Governador, e logo esse novo Governador vai se deparar com os mesmos assuntos, com os mesmos problemas, com as questões que são colocadas como se fossem única e exclusivamente falta de vontade, má administração ou coisa que o valha. Temos que lembrar que o porto de Paranaguá, Deputado Elio Rusch e Deputado Traiano, é uma autarquia federal. Ela funciona por delegação ao Governo do Estado.

Os recursos dessa autarquia federal - os recursos de poder retirar eventuais lucros do porto - eles envolvem essa autarquia. E o próprio Ministério não está na competência de quem administra o porto de Paranaguá fazer o que bem entenda ou devolver dinheiro para Governo do Estado. Isso depende da própria autarquia federal que administra os portos. Então, quando colocamos a questão que o porto de Paranaguá é mal administrado, que o porto é ruim, que o porto perde, que o porto está fazendo crescer Santa Catarina. Eu espero que esse discurso desaviado não sirva exclusivamente para fomentar a ideia de que o Governo Federal utilizando os recursos que tem como autarquia federal não venha assumir o porto de Paranaguá. Deputado Elio Rusch, não dá para comparar o porto de Santa Catarina com o porto de Paranaguá. O porto do Paraná continua sendo um porto de Graneleiro, o porto de Santa Catarina é um porto de contêiner. Quem se instala em Santa Catarina é porque opera com contêiner, não opera com granel. Somos o maior porto graneleiro da América Latina. Não se pode desmistificar isso. Não se pode misturar as coisas. Até porque a tendência é

essa, especialização em áreas. Então, que vão bem que cresçam, que seja grande. O crescimento do porto de Paranaguá não pode ser em detrimento aos portos de Santa Catarina, de Santos ou do Nordeste. São coisas que não podem ser confundidas. Confira em Santa Catarina o que é exportado de grãos: praticamente zero. O porto de Itajaí só exporta contêiner. O porto de Paranaguá a especialização dele é exportação de grãos. É claro que os dois poderão crescer quando a riqueza nacional crescer também, quando a produção brasileira crescer, quando a nossa exportação crescer, é natural que os dois portos cresçam.

Isso é um *caput* de minúcia para o Paraná, ficamos colocando que o nosso porto é pequeno, que o nosso porto está perdendo. Não está perdendo nada, continuamos exportando mais do que exportávamos. Nós temos dificuldades? Temos dificuldade, o novo Governo terá dificuldade também. Utilizará recursos. Cheguei aqui a ouvir dizer: “Será que o Pessuti foi a Brasília pedir para federalizar o porto?” Olha, que coisa de louco. Quem foi privatizante não fomos nós, quem privatizou o Banco do Estado do Paraná não fomos nós. Quem queria privatizar a COPEL não fomos nós, quem defendeu o porto público de Paranaguá, esse sim fomos nós. Foi a grande luta aqui do Governador Requião para manter o porto Público, porque muita gente fazia lobby pela privatização do porto.

Então que V. Exas. continuem com essa luta de porto público, mas não joguem sobre um Governo que passou e lutou desesperadamente pela manutenção de um porto público, em Paranaguá, a ideia que nós queiramos tirar o Paraná a administração do porto de Paranaguá, pelo contrário, existe a possibilidade, está aí, tem recursos, tem R\$ 500 milhões, no caixa. É muito fácil, a partir do 1ª dia de janeiro há um caixa no banco, e até para a aplicação desse recurso precisa da autorização da autarquia federal. Nós não somos independentes. O porto não é nosso. O porto é administrado por delegação, por independentes. O porto não é nosso. O porto é administrado por delegação, por indicação da Secretaria de Transporte do Governo do Estado do Paraná.

Precisamos ter um pouco de cuidado nas coisas que colocamos, porque o Governo vai mudar. Isso me dá margens, Deputado Traiano e Deputado Elio Rusch - refiro-me as V. Exa., porque fizeram pronunciamento - para daqui a meio ano, eu peço uma cópia do pronunciamento dos senhores e pergunte o que os senhores terão feito para corrigir, depois de meio ano, depois e um ano do novo mandato? Em cima das acusações que fazem agora. Não é assim! Existe uma véspera de um novo Governo. Temos que ter cuidado com aquilo que coloca porque vai acabar dando instrumento para se cobrar às críticas que agora se faz.

Acho que a equipe de transição está aberta no Governo do Estado, tão aberta como nunca esteve. Agora é claro se vamos perguntar a situação do Estado

do Paraná, terminamos essa administração dia 31 de dezembro. Temos dois meses de arrecadação em andamento. Porque o Governador Pessuti nomeou cargos em confiança, cargos em comissão, chamados de cargo em confiança demissível, *ad nutum* compete a ele nomear. Como competirá ao Governador Beto Richa exonerar todas essas pessoas a partir do dia 1º de janeiro. Todas numa penada só. Pode exonerar todos os cargos em confiança contratados pelo Pessuti. E pode sim não contratar esses 700, se foram contratações demais demitem em 1º de janeiro e não contrata.

Agora se nós pegarmos a listagem na frente e formos comparar quantos cargos diminuíram no Estado, pelo aumento e o crescimento do Estado seguramente terá mais cargos que essa administração teve.

Acho que nesse momento de transição devemos ter cautela. Cautela porque não temos decisão ainda de como se comportarão as bancadas. Cautela porque precisamos conversar, entre nós, do posicionamento das bancadas nessa Casa.

Não se pode eleger antecipadamente as bancadas de Situação e de Oposição. Mas a crítica se for uma crítica infundada total e permanente contra os Deputados da base do Governo, evidentemente, nos levarão a fazer a defesa a cada instante dos atos praticados pelo Governador.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Caíto, V. Exa. sempre com a competência que é costumeira, mas quando V. Exa. fala em cautela, eu só faço uma indagação a V. Exa. acho prudente o Governador no último mês de mandato criar duas Secretarias?

Sei que V. Exa. tem um posicionamento muito claro quanto a questão do porto. Gostaria de saber, V. Exa. é favorável que o porto fique sobre a administração do povo paranaense?

O seu posicionamento fortalece muito os interesses do Paraná.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Deputado, me permita só responder, claro que me interessa, nós sempre lutamos por isso, que o porto de Paranaguá permaneça sobre a administração do Estado do Paraná.

A questão de novas Secretarias é uma decisão de encaminhar a mensagem, que esta Casa pode aprovar ou não, e do futuro Governador Beto Richa nomear ou não as pessoas que a Secretaria criar. Não é uma decisão da Assembleia e nem da bancada de apoio; é uma decisão do Governo, que poderá ser facilmente revogada ou não preenchida pelo futuro Governador.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na verdade havia pedido um aparte ao Deputado Caíto Quintana, mas sei que o Deputado não cedeu aparte para nós, porque não tinha mais tempo suficiente para que pudéssemos participar dessa discussão.

O Deputado Caíto Quintana tomou muito cuidado, foi cauteloso quando falou sobre o porto de Paranaguá, quando disse que é diferente dos portos de Santa Catarina. É lógico, cada porto tem a sua particularidade, mas o porto de Paranaguá também opera com contêineres, não são os de Santa Catarina.

O porto de Antonina, na época do Governador Jaime Lerner e quando o Superintendente dos portos era Osires Guimarães, foram investidos altos recursos em Antonina e fizeram com que o porto de Paranaguá fosse um dos portos mais modernos de exportação de congelados do Brasil. E o que foi que aconteceu nos últimos oito anos? Não fizeram mais dragagem, deixaram de fazer a dragagem até o porto de Paranaguá e muito menos para o porto de Antonina.

Não sei quantos navios atracaram, não tenho esses números, não me lembro, durante a semana no porto de Antonina. Quer dizer que todas as empresas frigoríficas do Estado do Paraná, as cooperativas do Oeste, empresas de Santa Catarina, viriam aqui ao porto de Paranaguá exportar os congelados. Diante do desleixo por parte da Administração dos portos de Paranaguá e Antonina essas empresas foram embora, estão exportando em outros portos e estão fazendo altos investimentos.

Agora, por que não usar os recursos que estão nos portos de Paranaguá e Antonina para fazer a dragagem, para fazer as melhorias? Não fizeram! Não é o Deputado Elio Rusch, o Ademar Traiano, o Valdir Rossoni, o Plauto, o Ney Leprevost, nem o Marcelo Rangel que estão dizendo isso. Quem está dizendo isso é a própria ANTAQ, pelas muitas sucessivas que foram autuadas contra o porto de Paranaguá.

Por que a administração da APPA foi autuada? Porque não cumpriu com a legislação. Não somos nós Deputados da Oposição que estamos levantando essa questão da Assembleia. Estamos aqui repicando aquilo que aconteceu efetivamente na administração dos portos.

Deputado Caíto Quintana, lhe respeito muito. V. Exa. foi muito feliz e muito gentil. V. Exa. levanta a questão do porto de Paranaguá, não só agora, há muitos anos estamos levantando essa questão. V. Exa. diz que vão ver, daqui a um ano ou um ano e meio, o que vai acontecer com os portos de Paranaguá e Antonina.

Espero que o Governador Beto Richa, tenho certeza que ele, na Secretaria dos Transportes, por sua vez haverá de colocar um Superintendente na APPA para que possa ser cumprido aquilo que a ANTAQ diz, aquilo que regulamenta a administração dos portos no nosso Brasil, e o Paraná não pode ser uma ilha no nosso Brasil na questão dos portos. É isso que espero que novo Governador faça.

Espero que o Governador Beto Richa realmente faça aquilo que realmente disse em campanha. O que ele disse depois da eleição, não só na campanha, da infraestrutura necessária para desenvolver o nosso Estado. Quantas vezes o Beto Richa falou do porto de Paranaguá, da necessidade de se fazer os investimentos necessários para grandes navios que possam atracar no porto de Paranaguá, que não atraquem navios apenas na maré cheia e que não possam sair os navios na maré cheia e ou com meia carga. O que está acontecendo hoje no porto de Paranaguá, novamente? Um navio só pode chegar ao porto, ao berço, quando a maré está cheia, e ele só sai quando a maré está cheia, pelo perigo de encalhar, um navio que não carrega a sua capacidade total, mas o exportador paga a carga cheia.

Alguém uma vez me disse, me deu um exemplo muito claro e bem didático: “Deputado Elio, se, V. Exa., para entender o que é o navio carregado com carga total, meia carga ou 3/4 de carga, é a mesma coisa que você querer contratar um táxi daqui de Curitiba para levar para Marechal Cândido Rondon. Ele vai te cobrar R\$ 900. Se são três passageiros, dá R\$ 300 para cada um, mas se vai um passageiro, ele vai pagar R\$ 900 sozinho”. É isso o que está acontecendo com o porto de Paranaguá. E quem perde com isso não é só o Paraná, mas perde o exportador, perde o nosso agricultor, perde o produtor pela ineficiência da administração do porto de Paranaguá.

Espero que a partir de 2011 tenhamos um novo Paraná, uma nova administração.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Elio Rusch, não quero nem me ater à questão do porto. Vou fazer aqui um aparte a V. Exa. baseado até no pronunciamento do Deputado Caíto Quintana, por quem tenho o mais profundo respeito, e ele usou a expressão cautela. Olha, cautela, equilíbrio, cuidado, zelo, têm sido as expressões que tenho usado constantemente nas minhas manifestações quando falo com a imprensa.

Temos um Governo que se instala no Paraná no dia 1º de janeiro, e como tal seria de bom alvitre que o atual Governo tivesse a grandeza de, no momento em que fosse tomar qualquer decisão, não que estejamos querendo governar ainda pelo período que lhe resta, mas que neste momento pudesse construir determinadas situações em conjunto com quem vai assumir o Governo em janeiro do ano que vem. Isso é zelo, isso é realmente cautela e equilíbrio com relação às finanças do Estado.

Portanto, quando falo isso, não posso conceber e ouvir o pronunciamento do Deputado Nereu e do próprio Caíto agressivamente ao meu pronunciamento, não vou me referir ao Caíto porque até foi cauteloso mas se não agíssemos dessa forma, imaginem. Temos informações de uma equipe técnica nossa que já buscou as informações de que este Governo já avançou em quase R\$ 700 milhões no orçamento do ano que vem. Isso é ter cuidado. Se não viéssemos na tribuna e não falássemos na imprensa, quem sabe cautela, zelo ou equilíbrio seria o Governador não conceder um benefício de R\$ 169 milhões para o setor alcooleiro,

invadindo a receita do próximo Governo. A criação de Secretarias de Estado é invasão no orçamento do novo Governo, porque se cria uma falsa expectativa, cria-se uma estrutura de funcionários para se instalar uma nova Secretaria, enquanto que se tudo isso fosse construído no entendimento com o novo Governo, seria possível fazermos quem sabe isso.

Mas nada disso é feito. É vaidade, é o interesse de atender aquilo que não fizeram ao longo do tempo, como outras mensagens que aqui estão que versam sobre recursos financeiros, que impactam no orçamento do ano que vem, que beneficiam segmentos e que neste momento entendo que temos que ter cautela. Temos um orçamento engessado, temos uma folha de pagamento do Estado praticamente comprometida dentro dos limites constitucionais e aí entendo que o Governo deveria ter cautela e não empurrar no afogadilho, nos últimos momentos, no apagar das luzes deste Governo mensagens que vão interferir na governabilidade do ano que vem.

Então, acho que cautela é agir dessa forma, e não proceder como estão procedendo, licitações na ordem de 250 milhões que vão impactar no orçamento do ano que vem. Agradeço V. Exa. pelo aparte, e acho que deveria fazer essa manifestação, até pelo zelo que temos pelo erário público estadual.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Eu peço desculpas ao Deputado Ademir Bier, V. Exa. pediu um aparte para nós, mas o meu tempo expirou, e não é por falta de vontade, eu gostaria de ouvi-lo. Mas amanhã com toda certeza nós poderemos voltar à tona novamente o mesmo tema, que com toda certeza vai dar muita discussão, e talvez o ano que vem a questão do porto de Paranaguá, e tantas outras questões em relação a esse Governo e também as questões que poderão vir no futuro Governo.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se à Ordem do Dia:

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa. Ofício nº 1995/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que cria a 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 194/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo aos Srs. Presidentes das Empresas TIM, Vivo, Claro e Oi, o atendimento especial a necessidade de instalação de uma torre de telefone móvel no Distrito do Malu, Município de Terra Boa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessidade de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessidade de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4050, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, na Sessão Plenária do dia 22 do corrente mês, devido a compromissos assumidos na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 4057, 4055 e 4056, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25 a 27 de outubro, 03, 04, 10 e 11 de novembro do corrente ano, por motivo de saúde. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 119/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que fica denominada rodovia Gumercindo Boza a rodovia estadual PR-090, nos trechos que interligam o Município de Curitiba e a sede do Município de Campo Magro. **Aprovada. (Publ. no DA nº 026/09, de 31/03/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 160/10, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a responsabilidade por danos ao consumidor por empresas prestadoras de serviços privados essenciais ou contínuos e por concessionárias ou permissionárias de serviços públicos. **Aprovada. (Publ. no DA nº 032/10, de 06/04/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 415/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto Cargolift, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 096/10, de 14/09/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 438/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Polonês Mazury, com sede e foro no Município de Mallet. **Aprovada. (Publ. no DA nº 102/10, de 19/10/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 023/10, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2010, Resoluções nºs 003/04 e 003/09. **Aprovada. (Publ. no DA nº 112/10, de 09/11/10, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/10, de autoria do Deputado Nelson Justus, que cria o Parque Florestal de Ibiporã, localizado no Município do mesmo nome. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CEMA, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos escolares disponibilizarem cadeiras específicas para os alunos portadores de deficiência. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 082/10, de 03/08/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 347/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

Projeto de lei apresentado pelo Deputado Marcelo Rangel tem o escopo de obrigar os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual a disponibilizarem cadeiras especiais para os alunos portadores de deficiência.

Fundamentação

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 205, a educação como responsabilidade do Estado e da família:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (grifo nosso)

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 183, estabelece a competência do Poder Público Estadual para elaborar e garantir a aplicação de normas referentes à educação:

Art. 183. Compete ao Poder Público Estadual normatizar e garantir a aplicação das normas e dos conteúdos mínimos para o ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais.(grifo nosso)

Nesse contexto, o Governo Federal elaborou a Lei nº 9394/96, que versa sobre as diretrizes e bases para a educação. Tal lei incube os Estados de baixar normas no sentido de regular seu sistema de ensino:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

O Governo Estadual, já baixou norma complementar para regular o sistema de ensino, através da Lei nº 4978/64 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino e, em seus artigos 67, 68 e 70, estabelece como competência da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura a responsabilidade para administrar o Sistema de Ensino Estadual, observando as leis federais e estaduais de ensino:

Art. 67. A Secretaria de Educação e Cultura exercerá as atribuições do Poder Público Estadual em matéria de educação.

Art. 68. À Secretaria da Educação e Cultura incumbe velar pela observância das leis federais e estaduais de ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação, competindo-lhe, ainda, organizar, difundir, administrar, orientar e fiscalizar o ensino no Estado de acordo com o que dispõe a presente lei.

(...)

Art. 70. Respeitadas as deliberações e determinações do Ministério de Educação e Cultura, do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação, naquilo que for da competência exclusiva desses órgãos, a Secretaria de Educação e Cultura administrará o sistema estadual de ensino, expedindo às autoridades, órgãos, entidades, instituições e estabelecimentos sujeitos à legislação estadual do ensino, as determinações e instituições que se fizerem necessárias para a fiel execução desta lei. (grifos nossos)

Também estabelece a atribuição da Secretaria da Educação e Cultura para estabelecer a organização geral do curso primário e ensino secundário, que deve ser aprovado por Decreto do Governador.

Art. 107. A organização geral de curso primário e dos seus currículos, a fixação e seriação de disciplinas obrigatórias e das práticas educativas, a amplitude e o desenvolvimento dos planos e programas de ensino, a duração dos períodos anuais de aprendizagem, a forma de ingresso e as condições de matrícula, o regime didático, a frequência às aulas e aos trabalhos escolares, as transferências de alunos, o regime de promoções e as formas de avaliação do aproveitamento dos alunos e de apuração do rendimento escolar a que ficarão sujeitos os

estabelecimentos de ensino primário, constarão, entre outros dispositivos, do Regulamento do Ensino Primário a ser baixado pela Secretaria de Educação e Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Educação e aprovado por Decreto do Governador.

(...)

Art. 146. A organização geral do ensino secundário, os seus currículos a fixação e seriação de disciplinas, a amplitude e desenvolvimento dos programas de ensino, a duração do ano letivo, a forma de ingresso e as condições de matrícula, o regime didático, a frequência às aulas e aos trabalhos escolares, as transferências e adaptações de alunos, o regime de promoções e as formas de avaliação do aproveitamento escolar; as resoluções e normas especiais ditas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação... vetado... constarão, entre outros dispositivos, do Regulamento do Ensino Secundário, a ser baixado pelo Secretário da Educação, e aprovado por decreto do Governador. (grifos nossos)

Desta forma, fica clara a competência da Secretaria de Estado da Educação para dispor sobre a organização geral dos cursos de ensino primário e secundário.

Ocorre que o projeto de lei em análise não interfere na organização dos cursos, como previsto nos artigos supracitados. Visa apenas garantir a integração de pessoas portadoras de deficiência nos estabelecimentos de ensino.

No que tange a este assunto, a Constituição Federal, ciente da necessidade em promover a integração dos portadores de deficiência fez expressa menção a eles em seu texto, definido tal tema como competência concorrente da União e dos Estados. Vejamos:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

A própria Carta Magna, em seu artigo 5º, erigiu como um dos princípios máximos desta República Federativa a igualdade, a saber:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

Assim, uma vez que a própria Constituição assevera a necessidade da proteção e integração dos portadores de deficiência, o projeto de lei não encontra nenhum óbice legal ou constitucional.

Ainda, quanto a técnica legislativa, o presente projeto não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e a legalidade apresentadas, opinamos pela aprovação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17/11/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/10, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, que institui no calendário de comemorações do Paraná, o Dia da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil, a ser celebrado, anualmente, no dia 08 de janeiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 092/10, de 30/08/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 397/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, tem como objetivo inserir no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil, a ser celebrado, anualmente no dia 08 de janeiro.

Fundamentação

Com relação à matéria em questão do presente projeto de lei, a Constituição Federal dispõe:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Ainda, a Constituição Estadual assegura que a cultura é um direito de todos, devendo ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Nossa Carta Magna entende em linhas gerais a respeito da competência sobre a matéria ora em tela em seu artigo 24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - educação, cultura, ensino e desporto. (grifo nosso)

Desta maneira, verifica-se a competência concorrente do Estado e da União de legislar sobre os assuntos referentes à cultura, na qual se inclui a matéria em questão.

Observa-se que o Legislador, respeitando a previsão do artigo 65 da Constituição Estadual, assegura a natureza legislativa sobre o presente projeto.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apontadas, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17/11/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/10, de autoria do Tribunal de Justiça, revoga dispositivo e dá nova redação ao inciso IX do artigo 288 da Lei Estadual nº 14277/03, e transfere o Distrito Judiciário de Diamante do Oeste da Comarca de Matelândia para a Comarca de Santa Helena. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 097/10, de 04/10/10, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 418/10

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo alterar a redação do inciso IX do artigo 288 da Lei Estadual nº 14227, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com o objetivo de transferir o Distrito Judiciário de Diamante do Oeste da Comarca de Matelândia para a Comarca de Santa Helena, tendo em vista que pela distância entre as Comarcas é considerável, e com essa troca facilitaria o acesso a justiça, principalmente das pessoas de baixa renda que necessitam deste serviço.

Fundamentação

Inicialmente, cumpre-se ressaltar que quando se tratar de alteração legislativa verificamos a *priori* qual é a competência para legislar. No referido caso, observamos que, de acordo com o artigo 96 da Constituição da República, o Tribunal de Justiça detém a competência privativa para propor ao Poder Legislativo a alteração e organização judiciárias. Vejamos o artigo 96, inciso II, alínea "d" da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observando o disposto no artigo 169:

d) a alteração e organização judiciárias; (grifos nossos)

No mesmo sentido, a Constituição Estadual estabelece a competência privativa do Tribunal de Justiça para alterar a organização das divisões judiciárias, criar e extinguir Comarcas, Varas ou Distritos Judiciários. Vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de Comarcas, Varas ou Distritos Judiciários. (grifo nosso)

Cabe também ressaltar que o projeto em questão não ocasionará qualquer ônus ao Estado, não ficando sujeito aos requisitos dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/00, que estabelece normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Ainda, constatamos que o projeto em análise não encontra nenhum óbice quanto a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a legalidade apresentada pelo projeto de lei ora analisado, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17/11/10.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4052, de autoria dos Deputados Dr. Batista, Nelson Garcia, Alexandre Curi e demais Deputados, constante do expediente. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 4003, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4005, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4006, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 4007 e 4008, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4010 a 4012, 4014 a 4030, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4031, de autoria do Deputado Tadeu Veneri com apoio do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4032 e 4033, de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4035 a 4041, de autoria do Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4042, de autoria do Deputado Elio Rusch, com apoio dos Deputados Plauto Miró, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4043, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4044 a 4049, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4054, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para fazer um convite a todos os Deputados, mais uma vez, que amanhã, a partir das 9h, no plenarinho desta Casa, estaremos realizando Audiência Pública para fazermos um debate a respeito da Defensoria Pública e do parecer que foi dado.

Muito obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 347, 397 e 418/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 602/07 e 384/10 e do Projeto de Resolução nº 027/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extratos

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
OFÍCIO Nº 133/10

Curitiba, em 16/11/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV, e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o extrato contendo em suma o resultado da reunião realizada em 16/11/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de recursos aos pareceres apresentados nessa comissão permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 349/10 - Parecer Favorável à Emenda oferecida pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

- Projeto de Lei nº 182/10 - Parecer Contrário.

- Projeto de Lei nº 345/10 - Parecer Contrário.

- Projeto de Lei nº 348/10 - Parecer Contrário.

- Projeto de Lei nº 350/10 - Parecer Contrário.

- Projeto de Lei nº 356/10 - Parecer Contrário.

- Projeto de Lei nº 366/10 - Parecer Contrário.

- Projeto de Lei nº 367/10 - Parecer Contrário.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
OFÍCIO Nº 134/10

Curitiba, em 17/11/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV, e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o extrato contendo em suma o resultado da reunião realizada em 17/11/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de recursos aos pareceres apresentados nessa comissão permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 561/09 - Parecer Favorável.

- Projeto de Lei nº 250/10 - Parecer Favorável, com Emenda.

- Projeto de Lei nº 347/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 384/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 385/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 418/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 440/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 396/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 397/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 428/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 451/10 - Parecer Favorável.
 - Proposição Veto nº 038/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 458/10 - Parecer Favorável.
 - Projeto de Lei nº 358/10 - Parecer Contrário.
 - Projeto de Lei nº 364/10 - Parecer Contrário.
 - Projeto de Lei nº 365/10 - Parecer Contrário.
 - Projeto de Lei nº 322/10 - Parecer Contrário.
 - Projeto de Lei nº 386/10 - Parecer Contrário.
 - Projeto de Lei nº 431/10 - Parecer Contrário.
 - Projeto de Lei nº 407/10 - Parecer Contrário.
 - Projeto de Lei nº 434/10 - Parecer Contrário.
 - Projeto de Lei nº 436/10 - Parecer Contrário, sugerindo a transformação da matéria em Indicação Legislativa.
 - Projeto de Lei nº 454/10 - Parecer Contrário, sugerindo a transformação da matéria em Indicação Legislativa.
- (a) DURVAL AMARAL - Presidente

Errata:

Está sendo republicado o Ato da Comissão Executiva nº 2585/10, pelo fato de o mesmo ter sido publicado com incorreções, no Diário nº 111/10, de 10/11/10.

Onde se lê: Coordenador de Relações Trabalhistas
Leia-se: Coordenador Adjunto de Relações Trabalhistas

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2585/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CELSO DIRCEU DA PAZ, para exercer cargo em comissão de Coordenador Adjunto de Relações Trabalhistas, simbologia DAS-5, junto à Diretoria de Pessoal, a partir de 01/09/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/09/10.
 (aa) NELSON JUSTUS - Presidente
 ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2543/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12253, datado de 18/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FRANCINE DALPASQUALE BAYLAO, para exercer cargo em comissão, junto à Administração, a partir de 01/08/10.

Palácio “ XIX DE DEZEMBRO”, em 30/08/10.
 (aa) NELSON JUSTUS - Presidente
 ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

